



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 141

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

## SESSÃO CONJUNTA

Em 25 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

## Vetos Presidenciais:

1º) Ao Projeto de Lei nº 343-B-67, na Câmara dos Deputados, e nº 86-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar; (veto parcial);

2º) Ao Projeto de Lei nº 1.438-C-60, na Câmara dos Deputados e nº 58-67, no Senado Federal, que concede isenção, pelo prazo de um ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas; (veto total).

## ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Artigo 10 e seu parágrafo
2	1º	Artigo 11
3	1º	§ 1º do Artigo 12
4	1º	§§ 2º e 3º do Artigo 12
5	2º	Totalidade do Projeto

## SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

## Vetos Presidenciais:

1º) Ao Projeto de Lei nº 434-B-67, na Câmara dos Deputados e nº 97-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a abrir, no Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 280 de 28 de fevereiro de 1967; (veto parcial);

2º) Ao Projeto de Lei nº 6-67, CN., que integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e, dá outras providências; (veto parcial).

## ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Artigo 4º
2	2º	Artigo 26
3	2º	Artigos 32 e seus parágrafos, 33 e seu parágrafo único, 35 e seu parágrafo único e 38
4	2º	Artigos 34 e 37 e seu parágrafo único
5	2º	Artigo 36
6	2º	Artigo 39
7	2º	Artigo 40

### ATA DA 172ª SESSÃO. EM 23 DE OUTUBRO DE 1967

## 1ª Sessão Legislativa

## Ordinária, da 6ª Legislatura

## PRESIDÊNCIA DOS SRs.: NOGUEIRA DA GAMA E EDMUNDO LEVI.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Moura Palha  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Aloysio de Carvalho  
Carlos Lindemberg  
Eurico Rezende  
Paulo Torres  
Nogueira da Gama  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Atílio Fontana

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número

## SENADO FEDERAL

regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

## EXPEDIENTE

## PARECERES

## Parecer nº 742, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 105-67 (nº 500-67, na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967 Subanexo 5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura.

Relator: Sr. Paulo Sarazate.

## A — Relatório

Vindo ao Senado, apresenta-se o Subanexo do Ministério da Educação e Cultura em condições de ser relatado sem maiores dificuldades, notadamente porque foram fixados, previamente, alguns tetos para o oferecimento de emendas.

Tais emendas, em número de seis, envolvendo os diferentes Grupos, estão assim distribuídas, conforme relações individuais:

- a) Departamento Nacional de Educação ..... 66
- b) Diretoria do Ensino Industrial ..... 66
- c) Diretoria do Ensino Agrícola ..... 66
- d) Adendo (Subvenções Ordinárias) ..... 66
- e) Adendo (Subvenções Extraordinárias) ..... 66
- f) Adendo (Federações esportivas) ..... 22

Total de relações ..... 352

Em termos financeiros, referidas emendas atingem aos seguintes montantes:

- a) Departamento Nacional de Educação — (66 relações a NCr\$ ..... 1.056.000
- b) Diretoria do Ensino Industrial — (66 relações a NCr\$ 20.000,00) ..... 1.320.000
- c) Diretoria do Ensino Agrícola (66 relações a

NCr\$ 14.000,00) .....	924.000
d) Subvenções Ordinárias (66 relações a NCr\$ 30.000,00) .....	1.980.000
e) Subvenções Extraordinárias (66 relações a NCr\$ 50.000) .....	3.300.000
f) Federações Esportivas (22 relações a NCr\$...	80.000
	5.660.000

Extravasando os tetos, foram oferecidas 87 emendas, as quais serão objeto de pareceres na parte conclusiva deste Relatório.

Por sua vez, na maioria dos casos, mediante prévio entendimento com o Ministério e com o relator do respectivo Subanexo na Câmara dos Deputados, apresentamos, na qualidade de Relator, 52 emendas, cujos pareceres também serão emitidos ao final.

## B — Parecer

Nosso parecer, por motivos óbvios, isto é, porque o assunto foi objeto de prévia deliberação da Comissão de Finanças, é no sentido de que sejam dadas como aprovadas todas as emendas oferecidas de acordo com os tetos mencionados em nosso relatório (relações individuais). Igualmente devem ser dadas como boas e aprovadas as relações individuais de sub-

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALFERTO DE ERITTO PEREIRA

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Processo nº 01 class. do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

desdobramento, teve ampliadas as suas atribuições, o que exigiu a renovação de equipamentos e o aumento de pessoal, tudo isso representando maiores encargos para o Estado.

Na Câmara dos Deputados o orçamento do Ministério da Justiça não sofreu alterações, seja no que concerne

no ao total geral, seja no que tange aos quantitativos atribuídos aos órgãos que compõem aquele Ministério.

As alterações acima explicam e justificam os aumentos previstos na Proposta, relativamente ao orçamento em vigor, nas diversas rubricas, como se verifica do quadro abaixo:

ORGAOS	Proposta	1967
Gabinete do Ministro .....	1.329.420	654.569
Divisão de Segurança e Informações .....	91.070	54.500
Conselho Adm. de Defesa Econômica .....	970.800	não consta
Conselho Nacional de Trânsito .....	272.130	92.114
Conselho Penitenciário do Distrito Federal .....	123.360	63.320
Arquivo Nacional .....	1.271.900	563.860
Procuradoria-Geral da República .....	1.040.350	598.590
Procuradoria-Geral da República — Estados, D. F. e Territórios .....	1.034.730	840.720
1ª Subprocuradoria .....	237.340	92.963
2ª Subprocuradoria .....	212.210	150.070
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios .....	997.520	940.933
Departamento de Administração .....	27.230.430	21.123.875
Departamento de Polícia Federal .....	43.303.720	39.637.888
Departamento do Interior e Justiça .....	533.410	433.800
Departamento de Imprensa Nacional .....	20.827.083	15.283.600
Serviço de Estatística Demográfica .....	653.670	482.845
Moral e Política .....	361.330	181.845
Serviço de Documentação .....		

Em relação, porém, ao Ministério Público do Distrito Federal, como ficou constatado do quadro comparativo, houve um ligeiro decréscimo, pois suas dotações baixaram de NCR\$ 940.933, no corrente exercício, a NCR\$ 937.520 para o próximo período orçamentário.

É de assinalar-se que, dos órgãos que constituíam o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apenas a Agência Nacional deixou de integrar o atual Ministério da Justiça, transferida que foi para a Presidência da República.

As Despesas Correntes, somam NCR\$ 87.250.000 (oitenta e sete milhões, duzentos e sessenta mil cruzeiros novos), sendo:

Custo .....

Transferências Correntes 17.737.400

Restam, assim, para as Despesas de Capital, apenas NCR\$ 12.531.600 (doze milhões, novecentos e oitenta e um mil e quinhentos cruzeiros novos).

Para a assistência social a menor, a cargo de Instituições Privadas, a proposta consigna NCR\$ 11.600.000 (onze milhões de cruzeiros novos) que a Câmara distribuiu no Adendo "B" às entidades de assistência a menores, reservando para o Senado quantitativo discriminado nas emendas de teto dos Senhores Senadores, que têm parecer favorável do Relator.

Considerando-se que as tarefas cometidas ao Ministério da Justiça, por sua relevância, justificam plenamente as dotações que lhe são consignadas na Lei de Meios, em alguns casos bem abaixo das legítimas necessidades, resguardadas que foram as determi-

nações constitucionais aplicáveis à espécie e, bem assim, as normas expedidas por esta Comissão, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária — Subanexo 5.10.03 — Ministério da Justiça, com a emenda nº 2-T, por se tratar de emenda do Relator englobando todas as entidades atendidas nas emendas dos Senhores Senadores, dentro do teto reservado ao Senado; pela rejeição da emenda nº 1-F, por contrariar o artigo 67, § 1º, da Constituição, e consideramos prejudicadas as demais emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente — *Clodomir Millet*, Relator — *Antônio Carlos* — *Bezerra Neto* — *Oscar Passos* — *Celso Ramos* — *Fernando Corrêa* — *João Cleofas* — *Aurélio Viança*.

### Parecer nº 744, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 500-B-67, de Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.12.00 — Ministério das Minas e Energia.

Relator: Sr. Paulo Sarazate.

#### A — Relatório

Ao Subanexo 5.12.00 — Ministério das Minas e Energia foram apresentadas:

- I) 28 emendas fora de teto;
- II) 61 indicações individuais dentro do teto previamente estabelecido.

venções ordinárias e extraordinárias, inclusive as vinculadas a federações esportivas.

Quanto às demais emendas, nosso parecer é o seguinte:

a) Parecer favorável às seguintes emendas oferecidas extra-teto, pois que para o seu atendimento existem saldos que as tornam compatíveis com os preceitos constitucionais sobre o Orçamento da União; números 7, 26, 57, 66, 80, 89.

b) Parecer favorável, em parte, às seguintes emendas oferecidas extra-teto, pelos mesmos motivos invocados na alínea anterior: números 11 .... (10.000), 13 (15.000), 20 (6.000), 22 (10.000), 25 (10.000), 35 (10.000), 39 (10.000), 47 (6.000), 48 (10.000), 55 (15.000), 58 (10.000), 59 (10.000), 60 (10.000), 61 (40.000), 62 (5.000), 63 (20.000), 71 (20.000), 74 (10.000), 87 (5.000), 94 (25.000), 43 (10.000).

c) Parecer favorável às seguintes emendas do Relator, por se compatibilizarem com os saldos verificados, por serem apenas emendas de redação ou por não envolverem elevação da despesa constante da Redação Final da Câmara, decorrendo de meras transposições de dotações dentro dos mesmos órgãos ou visando a reduções: Emendas números 21 — 24 — 26 — 33 — 41 — 42 — 44 — 45 — 63 — 72 — 75 — 85 — 94-A até 146-A.

d) Parecer contrário às seguintes emendas extra-teto, por não ter sido possível enquadrá-las nas exigências a que aludem as alíneas anteriores: 8 — 9 — 10 — 12 — 13 — 14 — 15 — 17 — 18 — 19 — 23 — 27 — 29 — 30 — 31 — 32 — 34 — 36 — 37 — 38 — 40 — 46 — 49 — 50 — 51 — 52 — 63 — 64, (atendido na do Relator), 55 — 64 — 65 — 67 — 69 — 70 — 73 — 76 — 77 — 78 — 79 — 81 — 82 — 83 — 84 — 86 — 88 — 90 — 91 — 92 — 93.

Sala da Comissão de Finanças, 11 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Paulo Sarazate*, Relator. — *Carlos Lindenberg*. — *João Cleofas* — *Bezerra Neto* — *Fernando Corrêa* — *Leandro Maciel* — *Adolfo Franco* — *Antônio Carlos*

### Parecer nº 743, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 103, de 1967 (número 500-B-67), na Câmara, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.10.03 — Ministério da Justiça.

Relator: Sr. Clodomir Millet

Pelo presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, é estimada a Receita e fixada a Despesa para o exercício financeiro de 1968 — Anexo 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.10.00 — Ministério da Justiça.

Na Proposta Orçamentária para o Exercício de 1968, o Poder Executivo fixa as despesas do referido Ministério em NCR\$ 100.241.500 (cem milhões, duzentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros novos), havendo, em relação ao orçamento em vigor, cujas despesas atingiram a cifra de NCR\$ 78.916.577 (setenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil e quinhentos e setenta e sete cruzeiros novos), um aumento de NCR\$ 21.324.923 (vinte e um milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e três cruzeiros novos).

É de todo procedente o acréscimo previsto na Proposta governamental, pois, embasa-se na necessidade de reestruturar, atualizar e aperfeiçoar diversos órgãos do Ministério, cujas tarefas se tornaram, por uma série de circunstâncias, mais complexas e relevantes.

Cumpra salientar que, além do enquadramento constante do material necessário a cada serviço, o Ministério da Justiça, não obstante o seu

Nosso parecer acerca do 1º grupo (item I) é o que consta ao final deste Relatório, onde se verifica que, quanto à emenda nº 1, opinamos pela aprovação de 5 emendas; pela aprovação em parte, de 2; e pela rejeição de 20.

Quanto ao 2º grupo (item II) não se tem parecer em sentido de subemenda à emenda nº 1, de autoria do Senador Filinto Mülher: inclusão dos objetivos de cada rede do respectivo Estado, sem aumento da despesa votada pela Câmara.

#### B — Parecer

Parecer do Relator, aprovado pela Comissão.

I) Emenda de Teto: Parecer favorável à emenda nº 1, com subemenda (em que se determina a inclusão dos objetivos de cada indicação feita na redação do respectivo Estado, sem aumento da Despesa, votada pela Câmara) e em que é mantida a dotação de NCR\$ 2.453.000 tal como voto da outra Casa do Congresso.

II) Emendas com parecer favorável: as de ns. 5, 6, 7, 8, e 17.

III) Emendas com parecer favorável em parte: as de ns. 3 (sem discriminação, dizendo-se "inclusive sistema de energia elétrica dos municípios de Viana e Panalva") ns. 9 e 26, (sem o "quantum").

IV) Emendas com parecer contrário: as de ns. 2 — 3 — 4 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 — 27 — 28 e 29 (atendidas sem quantitativos na subemenda nº 1 do Relator).

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo* — Presidente. — *Paulo Sarazate* — Relator. — *Oscar Passos* — *Clodomir Millet* — *Leandro Maciel* — *Carlos Lindenberg* — *Adolfo Franco* — *João Cleofas* — *Fernando Corrêa*.

### Parecer nº 745, de 1967

Decisão da Comissão de Finanças sobre a questão de ordem levantada em Plenário pelo Senador Paulo Sarazate.

A Comissão de Finanças, examinando a questão de lhe foi encaminhada pelo Povo. Sr. Presidente, em atendimento à questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Paulo Sarazate, em relação ao parecer desta Comissão sobre as emendas ns. 1, 2 e 3, de autoria, respectivamente, dos nobres senhores representantes Paulo Sarazate, Ruy Palmeira e Oscar Passos, Relator, apresentadas ao Sub-Anexo número 5.03 — Ministério da Justiça — ao Projeto de Lei da Câmara número 103, recebeu por unanimidade, tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo último e atendendo ao que dispõe sobre a matéria a Constituição e as normas aprovadas para discussão e votação do Projeto de Orçamento:

I — acolher como legítima a retificação feita pelo nobre relator, quanto ao equívoco que o levou a considerar as emendas ns. 1 e 2 como de aumento de despesa;

II — sanar a emissão condicional do parecer quanto à emenda nº 2, para declarar que a mesma não foi parecer favorável da Comissão;

III — considerar a questão, em face do exposto nas itens precedentes, rigorosamente excepcional e, só por isso, dar-lhe acatamento;

IV — recomendar a matéria, com esta decisão retificadora, à Mesa do Senado, para que esta afete as providências que lhe parecerem necessárias e consequentes.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1967. — *Senador Argemiro de Figueiredo* — *Adolfo Franco* — *Paulo Sarazate* — *Bezerra Neto* — *João Cleofas* — *Celso Ramos* — *Fernando Corrêa* — *Carlos Lindenberg* — *Leandro Maciel* — *Antônio Carlos*.

**Parecer nº 746, de 1967**

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67 — na Câmara), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1968.

Anexo 5.00.00 — Poder Executivo  
Subanexo 5.09.00 — Ministério do Interior.

Relator: Senador Leandro Maciel

O Ministério do Interior terá à sua disposição no próximo exercício, NCRS 618.966.439 (seiscentos e dezoito milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e nove cruzeiros novos), recursos com os quais deverá fazer frente às múltiplas e complexas tarefas que lhe são impostas na estrutura administrativa do país.

Comparadas as dotações destinadas a este Ministério por suas categorias econômicas, temos o seguinte quadro:

**Despesas Correntes**

Custeio ..... 38.594.123  
Transferências Correntes 164.104.236  
Total das Despesas Correntes ..... 202.698.361

**Despesas de Capital**

Investimentos ..... 18.911.000  
Inversões Financeiras .... 3.330.000  
Transferências de Capital 393.986.140  
Total das Despesas de Capital ..... 416.268.078  
Total Geral ..... 618.966.439

A Câmara dos Deputados manteve, pelos seus totais, as consignações atribuídas às Unidades orçamentárias, embora, sem maiores consequências, tenha alterado algumas parcelas de determinados programas.

Traçando-se de um Ministério que val partir para o seu primeiro ano de vida autônoma, embora constituído de órgãos já anteriormente existentes, preferimos não estabelecer aqui qualquer comparação entre os recursos que lhe são atribuídos e aqueles consignados, no atual exercício, aos órgãos que o compõem, mesmo porque tais comparações representam quase sempre, mero cotejo de números.

Uma comparação, porém, deve ser feita: os recursos destinados ao Ministério do Interior vão representar, no total das Despesas da União em 1968, parcela não superior a 4,5% (quatro e meio por cento).

As emendas sugeridas foram detidamente examinadas, sendo aceitas todas aquelas que se ajustam aos preceitos constitucionais e às normas desta Comissão, com o seguinte resultado:

**Emendas aprovadas**

4 — 3-A — 5 — 6 — 9 — 12 — 13 — 15 — 16 — 19 — 21 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 — 29 — 35 — 37 — 42 — 44 — 46 — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 — 52 — 53 — 54 — 55 — 56 — 63 — 64 — 65 — 66 — 68 — 69 — 70 — 71 — 72 — 74 — 75 — 76 — 77 — 80 — 81 — 82 — 83 — 86 — 87 — 88 — 90 — 93 — 95 — 98 — 103 — 104 — 105 — 106 — 111 — 112 — 118 — 119 — 120 — 121 — 133 — 135 — 136 — 137 — 138 — 139 — 140.

**Emendas parcialmente aprovadas**

1) Item 1 — 100.000, item 2 — 50.000 e item 3 — 50.000, — 3 — (180.000), 45 — (item 1 e 4) — 91 (aprovados itens de 1 a 7) 113 (itens 1, 2, 3, 6, 8, 11 e 12), 123 (itens 1, 2, 4 e 5), 128 (100.000)

**Emendas aprovadas sem quantitativo**

17 — 18 — (item 1, 2 e 3), — 22 — 30 — 32 — 33 — 34 — 36 — 38 — 39 — 41 — 57 — 58 — 62 — 67 — 78 — 79 — 84 — 85 — 115 — 129 — 130 — 131 — 141.

**Emendas rejeitadas**

2 — 7 — 8 — 10 — 11 — 14 — 31 — 40 — 43 — 59 — 60 — 73 — 83 — 89 — 92 — 93 — 94 — 97 — 99 — 100 — 101 — 102 — 107 — 108 — 109 — 110 — 114 — 116 — 117 — 122 — 124 — 125 — 126 — 127 — 132 — 134 — 61 — 20.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Leandro Maciel, Relator. — Fernando Corrêa. — Carlos Lindemberg. — Clodomir Millet. — Bezerra Neto. — Antônio Carlos. — João Cleofas. — Adolfo Franco.

**Parecer nº 747, de 1967**

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967 (nº 37-A, de 1967, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restaura a vigência do art. 33, da Lei nº 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares).

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator — José Guimard.

**ANEXO AO PARECER Nº 747, DE 1967**

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1967**

Aprova o texto do Decreto-lei número 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restaura a vigência do art. 33, da Lei número 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restaura a vigência do artigo 33, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, que trata da concessão da lavra dos minerais nucleares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Parecer nº 748, de 1967**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 30, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a Redação Final do Projeto de Resolução nº 30, de 1967, que suspende a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator.

**ANEXO AO PARECER Nº 748, DE 1967**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 30, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº DE 1967**

Suspende a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da Representação nº 658, a execução da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, criadora do Município de Agronômica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Parecer nº 749, de 1967**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1967, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator — José Guimard.

**ANEXO AO PARECER Nº 749, DE 1967**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1967, que dá nova redação do artigo 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca em autarquia e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vinculado ao Ministério do Interior, é constituído em entidade autárquica, com autonomia administrativa e técnica, regendo-se pelo disposto nesta Lei. Parágrafo único. O DNOCS terá sede na Cidade de Fortaleza e manterá escritório na Capital da República”.

Art. 3º Esta Lei, que será regulamentada dentro de 60 dias pelo Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**Parecer nº 750, de 1967**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1967, que acrescenta parágrafo único ao art. 197, do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece di-

trizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator — José Guimard.

**ANEXO AO PARECER Nº 750, DE 1967**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1967, que acrescenta parágrafo único ao art. 197, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 197, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro, é acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único: são excluídos da suspensão, prevista neste artigo, os processos de readaptação de funcionários que, na data do presente Decreto-lei, tenham sido aprovados pela Comissão de Classificação de Cargos e que, na forma da lei, devam ser encaminhados ao Presidente da República.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Parecer nº 751, de 1967**

Redação do vencido, para 2º Turno, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a redação do vencido para 2º Turno, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1967, que acrescenta dispositivo ao artigo 1º, da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1967. — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator — José Guimard.

**ANEXO AO PARECER Nº 751, DE 1967**

Redação do vencido, para 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1967, que acrescenta dispositivo ao artigo 1º, da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte item:

V — exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer porcentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Parecer nº 752, de 1967**

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1967 (nº 11-B-67 na Casa de origem), que aprova o Acordo Cultural celebrado em Hala, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e os Países Baixos.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1967 — Filinto Müller, Presidente — Carlos Lindemberg, Relator — José Guimard

ANEXO AO PARECER Nº 752,  
DE 1967Redação final do Projeto de Decreto  
Legislativo, nº 40, de 1967.Faço saber que o Congresso Nacional  
aprovou, nos termos do art. 47,  
nº I, da Constituição Federal, e eu,  
Presidente do Senado  
Federal promulgo o seguinteDECRETO LEGISLATIVO Nº ..  
DE 1967Aprova o Acórdão Cultural celebrado  
em Haia, em 12 de outubro de 1966,  
entre o Brasil e os Países Baixos.Art. 1º E' aprovado o Acórdão Cul-  
tural celebrado entre o Brasil e os  
Países Baixos, assinado em Haia, em  
12 de outubro de 1966.Art. 2º Este Decreto Legislativo en-  
tra em vigor na data de sua publi-  
cação.Art. 3º Revogam-se as disposições  
em contrário.

## O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expe-  
diente vai à publicação.  
Há oradores inscritos.Tem a palavra o nobre Senador At-  
tilio Fontana.

## O SR. ATTILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor  
Presidente e Srs. Senadores, fugin-  
do um pouco à nossa orientação nes-  
ta Casa, de abordar problemas eco-  
nômicos, desejamos, nesta oportuni-  
dade, folgarizar assuntos políticos em  
face da reiterada preocupação da Im-  
prensa e dos políticos sobre a organi-  
zação da Frente Ampla e do que se  
tem chamado a redemocratização do  
país.Sr. Presidente, como nós, creio que  
as classes produtoras em geral, es-  
ranham as expressões "redemocrati-  
zação do país" e "Frente Ampla".Se voltarmos as nossas vistas para  
o Governo anterior à Revolução de  
1964, verificaremos que não se pode-  
ria pensar no retorno àquelas tempos  
que, para nós, eram de corrupção, de  
indisciplina, de anarquia.A Revolução fez um esforço muito  
grande, e continua fazendo, para me-  
lhorar a situação do país e do povo  
brasileiro. Se compararmos, ainda  
que rapidamente, como estava o Bra-  
sil antes da revolução de 1964, e ago-  
ra, verificaremos uma grande dife-  
rença. Depois de ter tido uma situa-  
ção de crédito abalado, de intranqui-  
lidade, com as graves políticas que  
surgiram, com tantos outros fatos que  
se passavam naquele tempo, como a  
estatização das empresas de capital  
privado, uma ameaça constante aos  
empresários verificaremos que hoje a  
cuperou é bem outra. O Brasil re-  
cuperou o seu crédito, melhorou a sua  
balança de pagamentos, chegando  
mesmo a acumular divisas para ga-  
rantir eventual diminuição de nossa  
exportação. A revolução acabou com  
as greves políticas tão nocivas, me-  
lhorou os sistemas de transportes,  
principalmente o marítimo, com o  
qual já não se podia mais contar.  
Tanto é verdade que o sal, produto  
de pouco valor em relação ao petróleo,  
era transportado do Rio Grande do  
Norte para o Rio Grande do Sul de  
caminhão, encarecendo de maneira  
sensível o seu preço. Enfim, o Go-  
verno restabeleceu, em grande parte,  
o transporte marítimo, e continua  
empenhado em melhorar-lhe as con-  
dições e em discipliná-lo, visando ao  
seu aproveitamento integral, uma vez  
que ele é o mais econômico e efici-  
ente.Nossa indústria de construção na-  
val não podia desenvolver suas ati-  
vidades. Todavia, hoje, tem pedidos  
que lhe darão trabalho por longo  
tempo, consumindo o aço produzido  
por nossas usinas siderúrgicas e pro-  
porcionando amplo mercado de tra-  
balho à mão-de-obra especializada e  
ociosa.Devemos ainda lembrar que mui-  
tas outras leis foram votadas, de ini-  
ciativa da Presidência da República,  
que vieram melhorar, sensivelmente,  
a situação de nosso País. Poderíamos  
citar, entre elas, a reforma da legis-  
lação trabalhista. Depois de longos  
debates, foi votada a Lei do Fundo  
de Garantia por tempo do Serviço e  
verificamos que grande número de  
trabalhadores optou ou está optando,  
pela nova forma. Não há mais pon-  
tos de atrito entre empregador e em-  
pregado. Hoje, o cidadão, se não ge-  
sta do emprego e tem propostas me-  
lhores, como acontece muitas vezes,  
pede dispensa, sem perder absolutamen-  
te, os direitos adquiridos, a indeniza-  
ção que lhe é devida.Com esta nova modalidade, verifi-  
ca-se também o aumento da produ-  
tividade, em consequência de have-  
rem desaparecidos os pontos de atrito.  
E com o aumento de produtividade,  
as empresas podem oferecer a  
seus funcionários benefícios que cu-  
trora não podiam.Muito embora os encargos atual-  
mente não sejam menores, o fato é  
que o aumento de produtividade pos-  
sibilita, inclusive, melhor remunera-  
ção àquelas que empregam a sua ca-  
pacidade de trabalho nas empresas  
de capital privado.Seria mesmo de desejar, Sr. Presi-  
dente, que essa modalidade se esten-  
desse às autarquias, às empresas es-  
tatais, porque é inútil pensar que o  
Governo pode remunerar bem, sem a  
contrapartida da produtividade. E a  
produtividade somente pode ser es-  
timulada dentro de uma boa harmo-  
nia entre empresários e empregados,  
entre aqueles que têm de assumir res-  
ponsabilidade de direção e aqueles  
que colaboram para essa responsabili-  
dade.O Sr. Argemiro de Figueiredo —  
Permite V. Exª um aparte?O SR. ATTILIO FONTANA —  
Com todo prazer.O Sr. Argemiro de Figueiredo —  
V. Exª, Senador Attilio Fontana, co-  
mo começou dizendo no seu brilhan-  
te discurso, desviu-se um pouco da  
rota costumeira, de análise dos as-  
suntos econômicos do País, para in-  
gressar numa área ingrata, de análise  
da política do País, antes e depois  
da revolução. V. Exª há de reco-  
nhecer que, quando eclodiu a revo-  
lução, todos os pecados dos governos  
anteriores, todos os males que vinham  
atingindo o Brasil, desde o começo  
da República, incidiram sobre o últi-  
mo governo, na verdade depositado pela  
revolução. Eu não irei defendê-lo,  
nesta oportunidade, porque já o fiz  
no momento exato — quando os nos-  
sos mandatos estavam expostos, fui  
dos primeiros que tive a ocasião de  
defender o Governo passado. Não ve-  
nho dizer que tivemos um Governo  
a completo, que atendessem em tudo  
às aspirações nacionais porque, mes-  
mo se quisesse fazê-lo não poderia,  
dada a complexidade dos problemas  
que afligiam a Nação. V. Exª bem  
os conhece. A situação econômica de  
nosso País vinha se agravando ano a  
ano, desequilibrando-se ano a ano.  
Esse mal é antigo e nós não deve-  
mos procurar nas origens do mundo  
a quem cabe a responsabilidade.  
Após a revolução, V. Exª analisa que  
tudo estaria bem encaminhado, tudo  
estaria para resolver ou em caminho  
de solução. Não quero discutir esse  
aspecto da questão, porquanto é mu-  
ito cedo para se julgar o atual Go-  
verno. Quanto às suas intenções na-  
da temos a dizer, a não ser coisas  
elogiosas porque, na verdade, este  
Governo se mostrou humano nos  
seus atos, tem revelado interesse pe-  
la administração, tem, como já de-  
clarei aqui, credenciais para entrar na  
história como consolidador de Bra-  
sília. Mas, realmente, inúmeros pro-  
blemas estão preocupando a Nação,  
inclusive esse a que V. Exª se refere  
— o problema do operário. Análiseessa questão debaixo de um aspecto  
diferente de muitos dos meus compa-  
nheiros, e o faço com serenidade, com  
isenção de ânimo e espírito de justi-  
ça. O problema salarial é um proble-  
ma grave no momento, porque V. Exª  
há de sentir que as classes menos fa-  
vorecidas estão passando fome em  
quase todo o Brasil. Não estamos  
dando condições financeiras, não es-  
tamos dando remuneração suficiente  
para que nosso operário conquiste  
uma situação melhor de vida para si  
e para sua família.É um aspecto grave. Se nós inci-  
dirmos no erro dos governos anterio-  
res — não é do anterior — de resol-  
vermos este problema exclusivamente  
com aumento salarial, iremos incor-  
rer naquele círculo vicioso: aumen-  
to do salário e, em seguida, por  
fatores psicológicos, por ambição do  
próprio comércio, o custo de vida au-  
mentando. É o que nós sentimos e  
vimos nos governos passados.Bastava falar em aumento de sala-  
rios, o custo de vida começava a subir.  
Quando vinha o aumento de salário  
de fato, o custo de vida se elevava  
ainda mais de modo que o salário, em  
seguida, já estava insuficiente para  
atender às necessidades operárias.  
Este é um dos problemas mais sérios  
mais complexos do país, porque, a  
meu ver, ele está menos na exigência  
de uma elevação salarial, do que no  
setor da valorização monetária. O que  
importa é valorizar o dinheiro, o que  
importa é uma medida do Governo  
no sentido de que atenda às classes  
operárias, aumentando o salário, mas  
encontrando meios diretos ou indire-  
tos de ao menos, evitar que o custo  
de vida aumente ao mesmo tempo que  
o salário. Se não iremos incorrer na-  
quele velho círculo vicioso, de aumen-  
tar o salário e o custo de vida subir  
com o salário aumentado, tornando  
infutífera a medida. Mas queria eu  
dizer a V. Exª que, ao invés de estar-  
mos apontando esses erros de gover-  
nos passados, deveríamos era formar,  
sobretudo nesta Casa, uma unidade de  
pensamento e de ação patriótica, como  
a de todos os Senadores, no sentido  
de tratarmos ou continuarmos trata-  
do dos problemas econômico-sociais  
do País para que todos juntos, numa  
atitude digna, respeitável, todos jun-  
tos procuramos ajudar o Governo na  
solução dos grandes problemas que  
embaraçam o desenvolvimento econô-  
mico deste País. V. Exª referiu-se ao  
problema da democracia. A meu ver  
não teremos um progresso seguro,  
neste País, enquanto houver com-  
preensão da liberdade individual e da  
liberdade pública. Sem uma imprensa  
livre, sem a liberdade do cidadão, não  
só do parlamentar que tem sua imu-  
nidade mas do homem das ruas, de  
todas as classes operárias, dos sindi-  
cados, sem liberdade do povo, dos es-  
tudentes, enfim, de todas as forças  
ativas desta Nação, sem liberdade para  
pregar, para censurar, para apoiar não  
teremos nunca, Senador, um País or-  
ganizado em condições de atingir a  
meta que todos temos interesse o  
Brasil Chegue, do se desenvolver-  
mento completo da sua civilização  
completa. V. Exª pode citar bons  
governos em regimes ditatoriais, reor-  
ganizando o País, dando estabilidade  
à sua economia, dando mesmo expan-  
são à sua economia, dando ordem à  
vida monetária e financeira de uma  
nação, há de sentir que há uma força  
de compreensão sobre a liberdade que  
torna quase todas essas medidas de  
progresso material insuficientes ou  
insatisfatórias para aqueles que dese-  
jam ou que sentem na alma o dese-  
jo de expandir seu pensamento em  
torno das administrações. Devemos  
restabelecer as liberdades públicas no  
Brasil, de todo mais completo e mais  
seguro, fazer com que o Chefe tenha,  
na verdade, o respeito e, ao mesmotempo, a estima e a compreensão de  
seus governos. Desapareceu este te-  
mor do Governo em relação ao povo,  
unir o Governo ao povo, e esta  
união entre governos e povo, libere-  
dade entre e autoridades, só se pode  
fazer com o restabelecimento de au-  
têntica democracia, como a própria  
Revolução prometeu realizar neste  
País. Análise estes fatos com absolu-  
ta isenção de ânimo, calmamente, se-  
renamente, como patriota que tem  
o desejo de ver este País cada vez  
maior e mais forte.O SR. ATTILIO FONTANA —  
Muito obrigado, nobre Senador Ar-  
gemiro de Figueiredo, pelo aparte de  
V. Exª e pelas considerações expendi-  
das.Não nos referíamos apenas ao Go-  
verno que antecedeu a Revolução,  
mas aos Governos, como V. Exª bem  
afirmou.Nem poderíamos dizer que tudo é  
um mar de rosas, mas devemos reco-  
nhecer que o Governo vem fazendo es-  
forços, vem conduzindo a orientação  
administrativa de maneira a inspirar  
confiança. Somente esta situação que  
hoje desfrutamos, de paz e tranqüili-  
dade, em que não temos mais aquela  
ameaça das greves políticas, das es-  
tatizações e de tantas outras amea-  
ças que pairavam antes da Revolução,  
somente isto já é o bastante para me-  
recer o Governo atual e aquele que  
foi implantado com a Revolução, um  
voto de louvor um voto de confian-  
ça.Também poderíamos citar muitos  
itens que o atual Governo conseguiu  
melhorar sensivelmente para o povo  
brasileiro, mas aqui lembramos ape-  
nas o problema da habitação.O Sr. Eurico Rezende — Vossa  
Excelência vai-me permitindo em  
vista o aparte do eminente Senador  
Argemiro de Figueiredo, compor tam-  
bém o debate. O nosso ilustre e emi-  
nente colega pela Paraíba sabe muito  
bem que em grandes áreas do Gover-  
no proscriu, prevaleceu a subversão  
comunista. E o próprio Senador Ar-  
gemiro de Figueiredo foi vítima  
dessa subversão. Fizemos-lhe até o  
enterro simbólico lá no Nordeste,  
quando o grupo comunista que em-  
poilgava a SUDENE procurou desmo-  
ralizar S. Exª perante a opinião pú-  
blica do País, acusando S. Exª de es-  
tar — e acusação mentirosa — con-  
tra os interesses nacionais.Quer-me parecer até que deseja-  
ram incendiar urnas logo depois da  
vitória senatorial do nosso eminente  
colega. O quadro que se desenrolava  
em torno da SUDENE era um quadro  
de subversão da ordem jurídica e  
social. E S. Exª soube enfrentar  
com galhardia, destemor e coragem  
aquele volutabro comunista que  
procurava ganhar terreno e fazer  
mergulhar o país na degradação ma-  
terialista e comprometer a imagem  
moral do Brasil lá fora. E no mo-  
mento em que o eminente Senador  
Argemiro de Figueiredo já deve estar  
se preparando, para alegria nossa,  
para pleitear do nobre povo paraiba-  
no a sua recondução ao mandato que  
S. Exª tanto honra e dignifica  
nesta Casa, S. Exª, através da  
revolução que se fez e se impôs  
neste País, irá, ter amanhã, como  
está tendo hoje, a tranqüilidade que  
não teve no passado, porque criadas  
as condições para que possamos con-  
tinuar, aqui, enaltecendo o seu  
aplaudido espírito público.O SR. ATTILIO FONTANA —  
Muito obrigado pelo aparte, nobre  
Senador Eurico Rezende.Em face da situação que desfruta-  
mos atualmente, de um governo bem  
orientado e que se esforça em  
procurar melhorar as condições do  
povo brasileiro, não temos dúvida  
de que o País há de se desenvolver.



entimos o problema salarial em nosso País, mas o governo não pode resolver problema tão sensível de uma para outro. Tem que ser conduzido com aquela prudência, com aquela orientação serena e segura e paz e de tranquilidade.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa excelência diz muito bem, porque a principal obra da revolução é retirar as notas falsas que governos anteriores deturpavam por este País ora. Quando falo em dinheiro isso é o diheiro da inflação.

O SR. ATTILIO FONTANA — Exato. Foi a parte que mais castigou o povo brasileiro e que maiores dificuldades trouxe à Nação. Essas dificuldades devem ser consideradas, hoje, contornadas porque, de uma inflação que estava praticamente a um por cento ao ano, nos dias que irem chegamos à razão de vinte e cinco por cento ao ano. Assim, o Governo revolução e do eminente Marechal Costa e Silva está conseguindo um resultado altamente satisfatório para o povo brasileiro.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Eu obrigado a interromper, mais uma vez, o brilhante discurso que V. Exa. está pronunciando. Não posso deixar o aparte do Senador Eurico Rezende sem resposta, para estabelecer a verdade dos fatos.

contestavelmente, e não foi agora que o fiz, não é só agora que o afirmo, foi em plena gestão do Chefe meu Partido, meu eminente amigo, Dr. João Goulart, ocupei a minha Casa, para salientar a vida social do Brasil estava perturbada com a infiltração de elementos esquerdistas, principalmente na zona rural, onde havia este célebre movimento das classes médias, dirigidas por elementos esquerdistas que, ao invés de pleitear o que tinham direito, digamos, para trabalhar, pleiteavam, na verdade, a subversão. Eram classes médias. Quando esse choque de interesses de classes, entre operários patrões, tomou um sentido grave a vida do País, inúmeras vezes a oportunidade de falar com o chefe do meu Partido e expor o meu pensamento. E, quando senti necessário, desta tribuna mesmo fiz os públicos a S. Exa. Mas não buo a ele a responsabilidade por os que se referiram à minha soa. Na verdade, tem razão o adador Eurico Rezende quando de- que fui vítima de movimento certa gravidade, em Pernambuco, elementos chefiados pela esquer- em aliança com os que dirigiam UDENE. Fui vítima de ataques porque defendi aquilo que tamente está sendo hoje o obje- do Congresso Nacional. Hoje os entendem: queríamos que o lema do Nordeste fosse encarado o problema de estruturação eco- nômica e, ao mesmo tempo, de dicação da fome. Então viamos o que castigava mais, o que danizava mais a economia do deste era o fenômeno das secas ajudagem. Não poderíamos re- er o problema de 20 milhões de ileiros apenas com indústrias nos ros urbanos das cidades nordest- s. Quería que houvesse ação na UDENE, embora não de caráter ritário, mas que marchasse utaneamente com o desenvolvi- to industrial, para defesa da cultura, com ajudagem, com ação, com água. Sustentava, m, que seca se combate com água o apenas com indústria. De o que isso de que fui vítima não fica uma mácula ou uma res- sabidade para o Governo chefiar- or um partido a que eu pertenci. Exa. sabe que no atual governo n todos os governos anteriores, muitas organizações administrati- houve erros, crimes, desonesti-

dades, violências, mas nem todos esses erros podem ser atribuídos ao Chefe de Estado. Este paira muito alto e às vezes nem toma conhecimento de fatos que lhe são atribuídos, por esses pecados políticos tão comum de se atribuir tudo ao Chefe de Estado. Mas devemos confessar que, se maies, havia no governo passado com relação a violências, a essas fraudes a que o Senador Eurico Rezende se referiu, tivemos oportunidade de reconhecer uma situação mais grave, igual ou pior à que existia com as fraudes eleitorais que se praticaram após a revolução que prometera restabelecer a democracia no País. No próprio governo do saudoso Presidente Castello Branco tivemos fraude, em quase todos os Estados da Federação, fraude evidente, fraude clara, fraude confessada certa vez, pelo eminente Senador Eurico Rezende, quando discutíamos essa matéria aqui em pleno governo da Revolução. V. Excelência ainda voltou a se referir ao problema salarial, e seu pensamento não diverge muito do meu. Entendo que não é bastante o aumento salarial para resolver o problema do operário, que passa fome em todo o País. É preciso resolvê-lo de modo que o aumento de salário não venha a implicar no aumento do custo de vida. No aparte anterior, esclareci o meu pensamento nesse sentido. Acho que deve haver segurança, deve haver método, deve haver compreensão, mas há urgência, por parte do Governo, de resolver esse problema, que é problema de fome. A fome não é adiável, a fome não se mata com discursos de entusiasmo nem com esperanças manifestadas no Plenário do Congresso Nacional. Fome se mata e com alimentos; é dar-se alimento e o necessário ao operário, para que produza. As classes empresariais que V. Exa. defende e a que pertence, poderiam ajudar o próprio Governo, reduzindo um pouco os seus lucros em favor dos operários. V. Exa. é industrial e sabe que, a despeito de tantos anos de vida industrial, ainda hoje não estamos em situação de competir com a indústria estrangeira. Na verdade, não se pode transformar a ação do Governo, nessa parte, em relação à classe empresarial, numa ação de paternalismo. O que há é que as indústrias do Brasil não têm equipamento técnico bem organizado capaz de produzir o máximo e o melhor para vender ao povo e por baixo preço aquilo de que ele necessita. As classes empresariais com os lucros que têm tudo poderiam, antecipando-se ao Governo, satisfazer às necessidades do operariado. Perdê-me Vossa Excelência mais esta interrupção que faço, porque V. Exa. voltou a comentar problemas econômicos, que a todos nós interessam. Aproveito o ensejo para um apelo no sentido de que nos afastemos um pouco dos embates políticos, que não deixam nunca de incentivar à paixão em nossos espíritos, para que, nesta Casa, a Casa da serenidade e a Casa do equilíbrio da Federação; cuidemos de ajudar o Governo nas intenções que V. Exa. diz que ele tem, de resolver os problemas nacionais. E não temos razão para descrever, porque é muito cedo para deduzir da ação de um Governo. Compreendemos todos a necessidade de uma união de vistas, para fazer este País grande, forte e respeitado, falando de igual para igual perante as grandes nações do mundo.

O SR. ATTILIO FONTANA — Muito obrigado, nobre Senador.

Deveríamos continuar enumerando os vários setores que o Governo conseguiu melhorar sensivelmente, se comparados com a ação dos Governos ante-revolucionários; por exemplo, e muito importante, sem dúvida, é que com os recursos da restauração da máquina arrecadadora, o Governo po-

derá fazer face a maiores encargos, a maiores investimentos, proporcionando-se, assim, maior número de trabalho aos patriotas, para que possam viver dignamente.

Outro setor: a democratização do capital das empresas. Hoje em dia, maior número de participantes acionistas das empresas de capital privado gozam dos resultados, promovendo maior estímulo à iniciativa privada. Há maiores possibilidades, mesmo porque os favores fiscais para aplicação de economias nas empresas constituem fator de desenvolvimento do País.

Mas o que estranhamos — nós e as classes produtoras — é essa aliança entre homens de ideais tão diversos, até há bem pouco tempo, e que se combatiam tenazmente. O ex-Governador da Guanabara, por exemplo, é um homem temperamental, que combateu todos os governos, praticamente, depois da Constituição de 46, começando pelo do Marechal Eurico Gaspar Dutra; combateu, a seguir, com a mesma intensidade, o Governo de Getúlio Vargas, levando-o ao extremo a que chegou; combateu o Governo de Juscelino Kubitschek; rompeu com Jânio Quadros; combateu ardorosamente o Governo de João Goulart; combateu o próprio Governo que ajudou a implantar — o da Revolução, na pessoa do Marechal Castello Branco!

E, hoje, Sr. Presidente, se aliam esses homens, que se combateram de maneira tão drástica, para dizer que implantam uma frente ampla em nosso País, para dizer que vão redemocratizar o País.

São visionários, a nosso ver, porque, tão heterogêneos e tão distantes, não poderíamos, em absoluto, imaginar que pudessem dar-se as mãos para lutarem juntos, em lugar de encontrarem fórmulas mais sensatas.

Nós, das classes produtores, não vamos uma orientação que possa contribuir para tranquilizar o povo brasileiro. Essa situação seria um estado de ânimo em nosso País, que só pode prejudicar a boa marcha do seu desenvolvimento. É uma fórmula que nos parece um tanto extremista.

Tenho aqui um recorte do "Jornal do Brasil" do dia 11 do corrente, onde o jornalista Gouvêa Vieira diz isso mesmo, quando afirma que a Frente Ampla tem uma orientação extremista. Assim termina o artigo:

"Portanto, se o interesse político é aliar-se ao inimigo da véspera, esse acordo pode e deve ser feito, ainda que o inimigo presente e seja o expoente de tudo aquilo que se combateu tenazmente durante anos.

Assim, a mentalidade oportunista de João Goulart e a marxista de Carlos Lacerda não poderia deixar de conduzir os dois inevitavelmente, ao Acordo de Montevideu, acordo este inaceitável sob o ponto de vista da moral mas compreensível para aqueles que se consideram acima do bem e do mal ou que não conseguem distinguir um do outro".

De sorte que é isso que tem alarmado o povo brasileiro. Acordo desse quilate, é um acordo que coloca acima dos interesses nacionais, acima dos interesses do povo, os interesses pessoais.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Atílio Fontana, Vossa Excelência creia que não estou defendendo a Frente Ampla, da qual não faço parte, nem sei das intenções, nem da natureza ou intensidade desse movimento.

Mas se ele tem caráter subversivo, como afirma o jornalista — cujo depoimento V. Exa. acaba de ler — não terá repulsa apenas de V. Exa.; terá repulsa de todos nós, de todos os partidos, inclusive do MDB, cuja grande maioria não participará de movimentos dessa natureza. Não creio que um brasileiro, um patriota, sentindo os problemas que afigem esta nação, queira ainda tentar desagrar o País com movimentos de subversão, quebrando aquilo que ainda nos resta de liberdades institucionais. V. Exa., entretanto, há de admitir que entendimentos entre políticos, que ontem se combatiam, nada têm de estranho se os objetivos são honestos. Portanto, nada há a estranhar, nem a intranquilizar a nação, porque é a própria vida da democracia. Se V. Exa. procurar fazer uma seleção de homens, procurar buscar coerências de atitudes em torno de princípios dos que ontem se digladiaram e hoje estão unidos, V. Exa. nos deixaria, a quase todos, desunidos, e estabeleceria isto como critério para separação dos homens. Coerência no plano político não se pode ter, em absoluto, em termos tão radicais, dadas as circunstâncias de que nunca tivemos partidos políticos organizados neste País, do ponto de vista da técnica, isto é, partidos que defendessem ideologias puras, modificação do sistema de vida social, de vida política e de vida econômica. Fizesse V. Exa. uma comparação em programas partidários, verificaria que quase todos eles tinham os mesmos objetivos, as mesmas aspirações. Os homens podem-se entender, conversar, podem discutir, podem-se aliar.

Na situação passada não viamos apenas homens se entendendo mas a própria legislação partidária admitida a união dos partidos, a congregação dos partidos para eleições ao Senado, à Câmara dos Deputados, para as Assembléias e governos estaduais, permitindo composição de partidos diferentes. De modo que esse entendimento não é de se estranhar. Nobre Senador, se há, no M.D.B., companheiros meus ligados ou simpáticos a esse movimento, possa afirmar que nenhum deles é capaz de visar a subversão do País. São todos patriotas honrados, dignos, e vêm no Movimento entendimentos comuns, naturais para aqueles que têm aspiração de caráter político, como a de ver o País plenamente redemocratizado. O necessário é que desapareça, como disse há pouco tempo, no Governo atual, o temor que existe entre governados em relação aos governantes; para que a liberdade possa campear, para que haja liberdade de pensamento, para que os estudantes possam manifestar suas aspirações de um Brasil melhor e, sobretudo, de liberdade e autoridade para o progresso do País. Pediria a V. Exa. que vem defendendo o Governo atual com tanto ardor, que se lembrasse da legislação tributária que, neste instante, está incidindo sobre as classes produtoras no Brasil enquanto V. Exa. se refere às classes empresariais. Os empresários, devem ter na verdade, ajuda do Governo, no sentido de melhorar seus equipamentos técnicos, para colocar a indústria nacional em condições de competir com os estrangeiros. Mas os industriais pobres, os agricultores, os humildes, aqueles que vêm sustentando as populações rurais, o consumo das populações rurais com tanto sacrifício? Solicite V. Exa. ao Sr. Presidente da República que mande reexaminar o assunto, veja e sinta a situação das classes rurais, abandonadas como estão, recebendo impacto de dez, doze impostos, todos eles fruto do suor, das energias, do sofrimento do produtor. Que o Governo ajude o País defendendo as classes produtoras para o desenvolvimento da economia nacional. Estas classes que estão — repito — sustentando, com sacrifício imenso, o con-

como das cidades, são neste momento, as mais taxadas, sujeitas ao impacto de uma tributação violenta — que V. Ex.<sup>a</sup> não pode negar — que lhes aumenta o sacrifício e a situação dolorosa que estão atravessando.

**O SR. ATILIO FONTANA** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Mas, nobre Senador, de vez que existe um partido do qual V. Ex.<sup>a</sup> é um dos expoentes, não se justificaria esta tão propagandada Frente Ampla, se não tivessem esses homens outras intenções. Por que não aderiram ao partido de V. Ex.<sup>a</sup>, fortalecendo-o?

**O Sr. Argemiro de Figueiredo** — Essa pergunta V. Ex.<sup>a</sup> não pode dirigir a mim, mas aqueles que me são estranhos.

**O SR. ATILIO FONTANA** — Não a estou dirigindo propriamente a V. Ex.<sup>a</sup>, mas comentando a preocupação das classes produtoras, quando veem surgir a Frente Ampla com o escopo de empolgar o povo e alcançar o poder, homens que, ao mesmo tempo, estão politicamente ultrapassados e o povo naturalmente não vai apoiá-los.

**O Sr. Argemiro de Figueiredo** — Já declarei a V. Ex.<sup>a</sup>, e posso assegurar ao Senado e à Nação, que o meu partido não tem objetivos subversivos. Se os tivesse, fique na certeza de que ele já estaria dissolvido. Os que o compõem, no momento, seriam incapazes de tomar parte em qualquer movimento cujo objetivo seja a subversão da ordem pública, sacrificando ainda mais do que já está sacrificado o nosso país, a liberdade mais do que já está sacrificada. É um partido que visa a restauração da Democracia, por objetivos lícitos, para que o país possa prosperar com liberdade e autoridade.

**O SR. ATILIO FONTANA** — Folgamos muito e temos certeza de que este é o pensamento do partido de que V. Ex.<sup>a</sup> faz parte.

**O Sr. Argemiro de Figueiredo** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ATILIO FONTANA** — Mas também confiamos em que o esclarecido e politizado povo brasileiro não dará apoio a esses homens da Frente Ampla, porque não pede, em absoluto, coniar nessa gente. Esperamos, como já previmos há muito tempo, em que a Frente Ampla venha a redundar num grande fracasso, para a felicidade do povo brasileiro e deste grande País. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. EURICO REZENDE:**

(Pela ordem) Feço a palavra como Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

**O SR. EURICO REZENDE:**

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, encerra-se hoje a semana comemorativa da Força Aérea Brasileira. Inobstante a juventude da Aeronáutica brasileira, trata-se de uma instituição que já vem construindo a sua história e a sua tradição, história e tradição diversificadas e reconhecidas através das graças emoções nacionais, pela honradez com que cumpre suas tarefas, pela sua integração no melhor interesse brasileiro e, sobretudo, pelos relevantes e continuados serviços que vem prestando a este País de dimensões continentais.

Na rapidez de um improviso, seria impossível a enumeração de todos os fatos, de todas as consequências e de todas as implicações do exemplar cumprimento dos deveres da Força Aérea Brasileira. Mas poderíamos, em termos de bem-estar social e nas coordenadas do desenvolvimento econômico, salientar aqui aquela partici-

pação valorosa, constante o pioneira do Correio Aéreo Nacional.

A Pátria, realmente, vem encarando a este serviço assistencial, que se espalhou por toda a portentosa geografia brasileira, com um sentimento de gratidão, e esse sentimento de gratidão é tão notório e, principalmente, tão veraz que a manifestação do País e do povo está esculpida na própria Constituição Federal, que considera o Correio Aéreo Nacional como um instrumento, como uma motriz indomável em favor do progresso do Brasil.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite o nobre orador um aparte?

**O SR. EURICO REZENDE** — Com prazer.

**O Sr. Eurico Rezende** — Nobre Senador Eurico Rezende, estou de pleno acordo com a homenagem que V. Ex.<sup>a</sup> está prestando à aviação brasileira, aos nobres bravos, donadores e inextinguíveis amadores, especialmente quando V. Ex.<sup>a</sup> salienta o aspecto do Correio Aéreo Nacional. Estava eu saindo do Gabinete do saudoso Ministro da Guerra Leite de Castro, quando surgiu a ideia da criação desse Correio. E o pai dessa ideia foi Eduardo Gomes que, naquele tempo exercia também a função de Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra. Um grupo de donadores aviadores brasileiros, inextinguíveis em bravura, incumbiu-se de estabelecer as primeiras linhas desse correio aéreo. Nós costumamos exaltar a bravura dos nossos bandeirantes, dos primeiros que raram caminhos pelo interior do país e lá implantaram a civilização. Não fica atrás esse bravo grupo de oficiais da Aviação Nacional. Eles cruzaram os nossos céus em aviões que ofereciam segurança insignificante, animados pelo sentimento do dever e devotamento à Aviação Brasileira que os fez transformar-se em verdadeiros gigantes de bravura, de valor, de abnegação. O papel desenvolvido pelo Correio Aéreo Nacional, no desbravamento do nosso interior, será oportunamente julgado pelas futuras gerações. Hoje, é julgado pelos homens que vivem no interior, porque os feitos do imenso interior do Brasil podem avaliar o que significa de progresso, de amparo, para essas regiões, a chegada de um avião do Correio Aéreo Nacional. Falaria a V. Ex.<sup>a</sup> que ressaltasse, também, a bravura dos nossos oficiais na campanha da Itália, seu constante, permanente e inextinguível desejo de trabalhar pelo Brasil e pelo engrandecimento da aviação brasileira, pelo engrandecimento, enfim, da nossa Pátria.

**O SR. EURICO REZENDE** — O aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, sobre honrar o meu discurso, encareceu um depoimento valioso.

**O Sr. José Guimard** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EURICO REZENDE** — Com prazer.

**O Sr. José Guimard** — Querida também associar-me à homenagem que V. Ex.<sup>a</sup> está prestando à Força Aérea Brasileira e, às palavras do nobre Líder, Fúlbio Mülher, junter a isto também talvez do mais longínquo Estado da Federação, o Acre. Inextinguivelmente, nobre Senador Eurico Rezende, nós devemos à Força Aérea Brasileira uma parte da integração do nosso Estado ao corpo do País. Ainda neste instante, acabo de chegar do aeroporto de Brasília e mais uma vez presenciarei o fato que justifica plenamente a homenagem que V. Ex.<sup>a</sup> presta à Força Aérea Brasileira. Não somente sob o aspecto da condução de malas postais, transporte de autoridades, facilidades que cria as autoridades estaduais e municipais, a ação da FAB se sobressai. Há

um aspecto que desejo ressaltar também: o papel social que desempenha, no auxílio permanente às populações interioranas. Os passageiros que a FAB transporta, são em geral, patriotas humildes, incapazes de se locomover pela nossa vastidão territorial com os próprios recursos. Assim, homens, mulheres, sobretudo crianças, são conduzidos às cidades mais importantes em busca de assistência médica e de maior índice de civilização. Há, portanto, que se ressaltar este aspecto humano, de ação social de que é cradora a Força Aérea Brasileira. Nós, do Acre, podemos dizer que todos os acreanos foram vitimados pela FEB, ou em busca de melhor tratamento ou de solução de problemas práticos, em outras palavras. É o papel exercido pela Força Aérea: ao contrário do que ocorre em outros países, onde os passageiros de aviões militares são todas autoridades das forças armadas, ou homens de graduação do mundo civil, aqui, a Força Aérea Brasileira é fator de integração de todos os nossos patriotas.

**O SR. EURICO REZENDE** — Tanto quanto o aparte anterior, a intervenção do eminente Embaixador José Guimard traz uma contribuição substancial ao meu pronunciamento, de vez que conduz, para minhas considerações, o depoimento vivo da ampla assistência que a gloriosa Força Aérea Brasileira vem prestando ao hoje Estado do Acre.

Mas, Sr. Presidente, tem sido uma constante na FAB a marca, o desbravamento e a presença do seu pioneirismo. No passado, como disse, e debruçando-se ainda sobre o presente, na minha linha de perspectiva, em direção ao futuro, estava o Correio Aéreo Nacional. Alguns anos mais tarde, nas cercanias de 1959, a FAB foi convocada para outra tarefa de pioneirismo, que foi a construção e a consolidação de Brasília. Aí tem desempenhado um papel importante, sendo mesmo decisivo, no transporte gratuito, diário e permanente, de civis e suas famílias, a maioria dos quais sem recursos para atravessar e romper as grandes distâncias, quer em demanda do Planalto infinito, quer no deslocamento daqui para suas longínquas regiões.

**O Sr. Edmundo Levi** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EURICO REZENDE** — Pois não.

**O Sr. Edmundo Levi** — V. Ex.<sup>a</sup>, na homenagem que presta à Força Aérea Brasileira, não fala apenas em seu nome ou no nome do Governo ou em nome da administração partidária a que pertence; expressa, por todos nós que compomos esta Casa — Governo e Oposição — os sentimentos de admiração que devotamos a uma das mais nobres e úteis instituições do País. A Força Aérea Brasileira poderia também ser denominada Força de Aproximação dos Brasileiros: está presente em todos os quadrantes do céu brasileiro, e mesmo unido, através do espaço, os continhos terrestres que ainda não possuem as comunicações. Assim, o Acre, o Amapá, o Rio Grande do Sul estão permanentemente unidos através desse fator de aproximação que representa a Força Aérea Brasileira. Nós, da Amazônia, sobretudo, Senador Eurico Rezende, devemos imenso tributo de gratidão à FAB, pelo muito que tem feito em favor daquelas regiões. A Força Aérea Brasileira, como fator de aproximação dos brasileiros está sempre presente, assistindo, ajudando, amparando aquelas populações tão longinquamente abandonadas. Assim, nobre Senador Eurico Rezende, receba por meu intermédio, da Oposição

nesta Casa, a delegação para que expresse à Força Aérea Brasileira toda a nossa admiração, todo o nosso sentimento de gratidão.

**O SR. EURICO REZENDE** — Sr. Presidente, com o aparte do nobre Senador Edmundo Levi completa-se o círculo da unanimidade dos membros do Senado Federal à Aeronáutica Brasileira.

É, realmente, Sr. Presidente, hoje, a Força Aérea Brasileira um estado de alma nos céus. É no instante em que se esvai mais uma semana comemorativa da sua implantação, queremos aqui dedicar o gesto da sua imortalidade àqueles bravos pioneiros que, há, hoje, como cântico de sua incalculável as solvas brancas da Amazônia ou então àqueles que se sacrificaram, na constância de seus dias, na partilha de todas as horas deslocando-se dos seus lares, muitos dos quais se perderam irremediavelmente, na amplitude do oceano indomável.

Diante desse estado de alma que é a Força Aérea Brasileira, façamos incidir aqui a sinceridade de nosso louvor de permaço com os votos que formulamos no sentido do prosseguimento, sempre e sempre vitioso, em todas as ocasiões e em qualquer circunstância, da grande instituição que enalteceu o nosso passado, que consolida o nosso presente e que continuará a ser o instrumento vigoroso da grandura do nosso futuro.

**O Sr. Paulo Torres** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EURICO REZENDE** — Ouço com prazer V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Torres** — Senador Eurico Rezende, fez bem V. Ex.<sup>a</sup>, como Vice-Líder da Maioria, em homenagem à heróica, a brava, a indomável Força Aérea Brasileira. Por três vezes tive contato muito aproximado com os donadores oficiais, sargentos e praças que compõem a Aeronáutica. A primeira vez foi quando ambei, nós em terra e eles no ar, defendendo a democracia, que é o maior bem que Deus concedeu ao homem através da liberdade. Vi os nossos jovens sobre os céus da Pátria de Cavali, defendendo-a como os melhores aviadores do mundo. O grupo de combate conhecido por "Santa-a-Pua" não tinha hora para voar. Voava à noite pela madrugada a dentro e durante o dia, enfrentando a máquina bélica mais poderosa que o mundo já viu que era o Exército Alemão. Muitos de nossos aviadores que partiram infelizmente "sobre os céus de Itália" daquela noite sem alarido, ficaram, e os outros continuaram sua obra.

Depois eu os vi, como Governador do Acre, e posso aqui ratificar as palavras do grande Governador que teve aquela terra, o eminente Senador José Guimard, que soube sempre comandar o Acre todo a si, com a valiosa e gloriosa Força Aérea Brasileira. Porque no Acre, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, para se ir de Rio Branco à cidade mais próxima leva-se algumas vezes dois, três ou quatro meses, e é através do avião que se fazem as viagens. O correio entre o avião como nós encontramos no Brasil não automático. A última vez que esteve foi quando tive a honra de comandar a Divisão de Pátria-útil e pude ver o sacrifício daquela gente para que nós, soldados alados fôssemos lançados no espaço do Brasil fora dele, para cumprir nossa missão. Por isto o dia hoje é de júbilo nacional, e V. Ex.<sup>a</sup>, como afirmou nobre Senador Edmundo Levi, falamos não só em nome do Governo, mas fala em nome desta Casa, fala em nome do povo brasileiro.

**O Sr. Aarão Steinhilber** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Quando V. Exa. comemora, muito justamente, uma data que é grata a todos os brasileiros, não é possível deixar de registrar que o grande animador do Jorale Aéreo Nacional, referido pelo eminente Líder do Governo, Senador Nogueira da Gama, foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, fuminense dos mais ilustres a quem deve a FAB relevantes serviços, mormente quando imulsionou, enriqueceu o Correio Aéreo Nacional, fazendo aproximar os pontos mais distantes do Brasil.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço o aparte dos eminentes Senadores fuminenses, que trouxeram contribuição valiosa ao meu pronunciamento. O ilustre Senador Aarão Steinbruch destacou, com muita justiça, o papel e o trabalho desenvolvido pelo eminente Brigadeiro Eduardo Gomes. E o eminente Senador Paulo Torrès, com a viva autoridade de quem participou da guerra, de quem frequentou os campos talados da velha Europa aflita, ajudando a sustentar a bandeira da liberdade, do direito e da justiça, gravou nos Anais da Casa a afirmativa e o reconhecimento no sentido de que, de sacrifício em sacrifício, de cansaço em cansaço, mas sempre com a imagem da Pátria no coração e na consciência, os nossos bravos aviadores brasileiros participaram também daquela arrancada que varreu do mundo, conspurcado da época, o nazismo e o fascismo, que ameaçavam as instituições liberais do mundo todo.

Com estas palavras, Sr. Presidente, agradeço o apoio unânime, trazendo-me aparte que aqui foram dados, ao meu discurso, desejo dirigir as vozes das minhas congratulações liberais do mundo todo.

Com estas palavras, Sr. Presidente, agradeço o apoio unânime, trazendo-me aparte que aqui foram dados, ao meu discurso, desejo dirigir as vozes das minhas congratulações — agora falando por todo o Senado — ao Senhor Presidente da República, Chefe supremo das Forças Armadas brasileiras, ao Sr. Ministro da Aeronáutica, aos Srs. oficiais daquela Arma, a todos que compõem a comunidade subalterna da Aeronáutica, ao funcionalismo civil e ao povo brasileiro, o grande beneficiário da ação da Aeronáutica nacional, pedindo a Deus que continue abençoando os esforços desta vitoriosa instituição, que vive, palpita e refulgura, sempre e sempre, na oração da Pátria. Muito bem; Muito bem; Palmas).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade  
Cátete Pinheiro  
Clodomir Milot  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Duarte Filho  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Aurelio Mianza  
Gilberto Marinho  
José Feltiano  
Pedro Lydovico  
Bezerra Neto  
Celso Ramos  
Daniel Klieger

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte:

REQUERIMENTO  
Nº 917, de 1967

Sr. Presidente:

Requerimento regimentalmente, seja feita a transcrição nos Anais desta Ca-

sa, do artigo de autoria do Sr. Paulo de Castro, sob o título "Revolução e os Judeus", publicado no Correio da Manhã de 18 do corrente. Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — Senador Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O documento cuja transcrição é requerida pelo nobre Senador Aarão Steinbruch se contém nos limites estabelecidos no art. 202, parágrafo único do Regimento Interno.

Assim independentemente de parecer da Comissão Diretora, será incluído em Ordem do Dia da primeira sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

Item 1:

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1967 (nº 583-E-67, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública, parecer favorável, sob nº 721, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 33, de 1967, de autoria do Sr. Senador Mário Martins, que dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências, tendo pareceres sob números 697, 698, 699 e 700, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça pela constitucionalidade solicitando tramitação conjunta com os de ns. 37, 43 e 44 de 1967, nos termos do substitutivo que oferece; de Serviço Público Civil, pela aprovação do substitutivo da CCJ; do Distrito Federal favorável ao substitutivo da CCJ; e de Finanças favorável ao substitutivo da CCJ.

Na sessão de 11 de agosto do corrente ano foi aprovado requerimento, de autoria do Sr. Senador Antônio Carlos, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs. 33, 37, 43 e 44 de 1967, por vezarem, todos eles, matérias correlatas (art. 255 do Regimento Interno).

Ao Projeto de Lei nº 33-67 a Comissão de Constituição e Justiça ofereceu substitutivo integral.

As Comissões de Serviço Público Civil, Distrito Federal e Finanças pronunciaram-se favoravelmente ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O § 3º do art. 166 do Regimento Interno dispõe:

"Quando, na mesma Ordem do Dia figurem proposições regulando a mesma matéria ou matérias correlatas (art. 255), a proposição preferida pela Comissão competente para o estudo do seu mérito antecederá às demais, de maneira que o pronunciamento do Plenário sobre aquela prejudique estas."

Passaremos, assim, à discussão do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1967, e do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Projeto, com o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, já prestigiosos órgão da imprensa nacional, sobretudo da Guanabara e notadamente o "Correio da Manhã" e o "Diário de Notícias", fazem também eco aos protestos, às reclamações oriundas de todas as partes do País.

O "Diário de Notícias", Sr. Presidente, em editorial publicado há poucos dias, sob o título "Ditadura Salarial", teve ocasião, de destacar que (le) "o atual Governo decidiu manter, com unhas e dentes, a desumana e confiscatória política salarial".

O articulista acentua que, (le) "sobre impedir que os reajustamentos salariais compensem os efeitos da desvalorização da moeda em dado período, proíbe que os empregadores, quando em condições econômicas e financeiras favoráveis, acordem índices de reajustamento com os seus empregados em bases mais razoáveis do que aquelas irrealistas fixadas segundo os critérios do Departamento Nacional de Política Salarial".

Arsinada muito bem o eminente articulista desse conceituado órgão da imprensa essa parte, que realmente constitui inovação na política salarial de qualquer governo, de vez que disciplina — e o fez recentemente, baixando novas normas — convenções coletivas de trabalho. Disciplina-se que os sindicatos podem, livremente, reunir-se com os empregadores para fixar novas normas de trabalho. Ao mesmo tempo, proíbe-se que nessas convenções se fixem índices salariais superiores àqueles baixados pelo Departamento Nacional da Política Salarial.

Não é justo, Sr. Presidente, nem razoável se admita que, quando empregadores possam pagar maiores salários aos seus empregados, sejam disses proibidos por lei, mesmo porque se a Constituição Federal no seu Artigo 158, item V, assegura ao trabalhador a participação no lucro, esse dispositivo não foi regulamentado ainda. E não me consta que o Governo tenha intenção de remeter ao Congresso Nacional lei complementar estabelecendo a participação do trabalhador nos lucros das empresas, de acordo com os precisos termos do item V, do Art. 158. Mesmo porque, anteriormente, na vigência da própria Constituição de 1946, foi determinada, obrigatoriamente, a participação direta dos trabalhadores nos lucros das empresas. E decorridos quase vinte anos de vigência dessa Constituição, esse preceito não foi regulamentado. Não vemos porque se estranhar, conforme aconteceu, e não se permitir que os empregadores se antecipem a essa participação, quando aqueles que colaboram para o engrandecimento das empresas fazem jus aos lucros que a própria Constituição lhes asseguram claramente.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Estou de pleno acordo com V. Exa. O Congresso Nacional tem sido desdioso nessa matéria. Quando aqui chegou encontrei nada menos de três projetos no Senado e uns dez na Câmara, desde 1947, procurando complementar o dispositivo constitucional da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. E a matéria jamais conseguiu

receber a decisão legislativa. Em maio, ou junho, do ano passado, tive oportunidade de procurar, com um grupo de trabalhadores, o saudoso Presidente Castello Branco e apetei para S. Exa no sentido de baixar um decreto-lei regulamentando esse dispositivo, porque a experiência e a observação revelam que a reação, ou pelo menos as resistências parlamentares a projetos dessa natureza têm sido uma constante. Eu mesmo apresentei projeto com esse objetivo, estudel-o, joguel o projeto nesta Casa pensando que o houvesse jogado na tramitação legislativa. Inobstante todos os meus esforços, a matéria não sobrenadou a poeira dos arquivos e das gavetas. No fim misturaram o meu projeto com mais dois ou três. Ora, se ele sozinho não andava, amarrado nem engatinhava... E não sei onde se encontra esse projeto. Reconheço que a Revolução perdeu grande oportunidade de fazer aquilo que o Congresso, na atividade legislativa ordinária, talvez não faça. Esta, a verdade que precisa ser dita. Perdemos aquele período de excepcionalidade democrática em que o Governo podia baixar decretos-leis. Soube que mais tarde a matéria foi estudada nas listas intermediárias da administração. A imprensa chegou até a noticiar que o Ministério do Trabalho, em conexão com os de Planejamento e da Fazenda, estava organizando um anteprojeto de lei a esse respeito. Passaram-se os meses, terminou aquele período em que o Executivo podia legislar sobre a matéria, e vejo agora que V. Exa reclama. E só lamento esteja reclamando em pé, porque vai cansar muito, a não ser que se organizem nas duas Casas do Congresso Nacional grupos de pressão, pois na tendência normal não passa. Só na pressão, isto é, cada um nós, exercendo seus bons ofícios junto a Colegas mais resistentes, mostrando que isso não é fantasma, não vai liquidar com a empresa privada; ao contrário, isso irá gerar estímulo e, por via de consequência, produtividade. Devemos acabar com a sinfonia, neste País, no sentido de que o que interessa é aumento de salário, para aumentar o poder aquisitivo. Aumento de salário não aumenta poder aquisitivo. O que aumenta poder aquisitivo é aumento da produtividade. Vejo, na participação do empregado no lucro das empresas um fator decisivo para o aumento da produtividade.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Noto, com satisfação, nobre Senador Eurico Rezende, que V. Exa, aos poucos, se vai integrando nas teses defendidas pela Oposição...

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa está muito enganado!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa há de me ouvir primeiro, senão não lhe concederei novo aparte. Digo "vai-se integrando" porque V. Exa, inclusive, defende, aqui, o que antes combatia: pressões contra os Parlamentares, para que se aprovelem medidas de interesse da classe trabalhadora.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa, outra vez, destorce. Com poucas palavras, comete duas distorções: em primeiro lugar, não desejo ser inquilino da passarela de equívocos de V. Exa contra o Governo. Agora, só nesse particular, este ano, é que estou de acordo com V. Exa. Em segundo lugar, não mandei organizar, não estou preconizando organização de grupos de pressões, que, aliás, não havia no Governo retrasado, retrasado e atrasadíssimo; o que havia, então eram grupos de baderna, que não se confundem com grupos de pressão!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Refiro-me a grupo de pressão!

O Sr. Eurico Rezende — O que desejo significar com a expressão "grupo de pressão", é a pressão sobre os nossos companheiros; é o exercício dos



Nossos bons ofícios junto a deputados e senadores, procurando caracterizar para S. Ex.<sup>as</sup> que não há nenhuma inconveniência, nenhum sentido de asfixia, nem fator de turbacão da atividade empresarial, na participação do trabalhador no lucro das empresas. De modo que desejo rejeitar as duas distorções cometidas por V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Os equívocos são de V. Ex.<sup>a</sup>!

O Sr. Eurico Rezende — É muito difícil ficar-se de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, porque em V. Ex.<sup>a</sup>, o ser contra o Governo envolve em certo fetichismo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — O Governo é contra o povo e nós somos a favor do povo.

O Sr. Eurico Rezende — Estou de acordo com a participação do trabalhador no lucro da empresa, mas estou sempre em desacordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Entretanto, acredito no trabalho de catequese que os nossos debates possam realizar sobre o espírito intransigente, sobre a pertinácia oposicionista de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.<sup>a</sup> não quis ouvir o final do meu comentário em resposta ao honroso aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.! Eu dizia que V. Ex.<sup>a</sup> se incorporou, parcialmente, à nossa tese, de vez que admite a prazo limitado para tramitação, qualificação do trabalhador no lucro da empresa, mas foge de sua defesa quando diz que terminou o período excepcional do Governo, que não pode mais baixar decretos-leis sobre matéria dessa natureza.

V. Ex.<sup>a</sup> esquece, porventura, que tem o Governo a faculdade de encaminhar ao Congresso Nacional, com prazo limitado para tramitação, projetos de qualquer natureza? Poderá fazê-lo neste caso, e V. Ex.<sup>a</sup>, como Líder do Governo, poderá reclamar essa providência.

O Sr. Eurico Rezende — Estou de acordo com a sugestão.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.<sup>a</sup>, que é tão afoito no cumprimento dos deveres de Líder do Governo, na defesa intransigente dos Projetos do Executivo, diz que apresentou projeto de lei sobre participação nos lucros, mas que este dorme nas gavetas da Comissão, quando V. Ex.<sup>a</sup> teria o remédio regimental, como Líder do Governo, de requerer, inclusive, urgência para a matéria, para que possamos estudá-la no plenário do Senado Federal. V. Ex.<sup>a</sup> tem todos os caminhos regimentais, legais, para que a matéria passe.

O Sr. Eurico Rezende — Só através de mensagem do Governo. Se não vier mensagem do Governo, não passa.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Ah! Não passa? V. Ex.<sup>a</sup> já adotou a tese que aqui sustentamos de que, infelizmente, o Congresso Nacional está-se transformando pura e simplesmente num órgão de execução do Poder Executivo.

O Sr. Eurico Rezende — Apresentei esse projeto ao tempo do Governo João Goulart. V. Ex.<sup>a</sup> não teve a gentileza para comigo de pedir urgência urgentíssima.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Se o colega entende que não passa, nesta Casa, projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, que é Líder do Governo...

O Sr. Eurico Rezende — Vários têm passado, e ninguém tem pedido urgência para os mesmos. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que não passam, se não vier mensagem.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Ah, mensagem...

O Sr. Eurico Rezende — Sem a espadada de Dâmocles da aprovação ficada, não adianta, é pura perda.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Então, para que esse apelo de eu requerer urgência para esse projeto?

O Sr. Eurico Rezende — Não pedi nada a Vossa Excelência. Fique tranquilo. A oposição só tem uma coisa para dar: críticas equivocadas...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Construtivas.

O Sr. Eurico Rezende — ... injustas...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Isto no entendimento de Vossa Excelência.

O Sr. Eurico Rezende — ... impaciência oposicionista permanente diante da condução dos negócios regimentais. Não peço nada. Vossa Excelência já está dando demais, sua paciência está superavitária. Só uma mensagem governamental resolve, e olhe lá.

O Sr. Clodomir Millet — Permite o nobre orador um aparte.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Clodomir Millet — Quero crer que toda a demora na tramitação daquela lei complicitar visando a definir a participação dos empregados nos lucros das empresas é motivada pela expressão estabelecida pela Constituição de que a participação deveria ser direta e obrigatória. Toda luta se travou em torno dessas palavras "participação direta". A Constituição atual, porém, modificou o conceito. O Artigo 158, número V, diz o seguinte: "Integração do trabalhador na vida e desenvolvimento das empresas com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidas". Quero crer que uma lei apresentada agora, regulamentando esse dispositivo da Constituição, tenha uma tramitação muito mais fácil, porque esta vencida a primeira barreira, a barreira dita intransponível para os que sentiam que não pode haver uma forma de participação direta dos empregados nos lucros das empresas. Assim será muito mais fácil ao legislador, a Vossa Excelência, como a qualquer um de nós, apresentar um projeto estabelecendo as condições em que essa participação nos lucros se fará. Tenho a impressão de que qualquer projeto, agora apresentado, terá uma tramitação mais fácil e eu conclamaria Vossa Excelência e sua Bancada a estudar a maneira de apresentá-lo nos termos da Constituição ou, melhor, sem aqueles impedimentos que criavam os embaraços, os óbices, para tramitação de projeto, inclusive vindo de alto setor, como seria o do vice-líder do Governo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas Vossa Excelência está em desacordo com o nobre Líder do Governo que salienta que dificilmente projetos de natureza sairiam vitoriosos no Congresso Nacional se apresentados por parlamentar, sem serem precedidos de mensagem do Executivo e mesmo assim, conforme disse Sua Excelência — olhe lá. — dificilmente passariam.

Mas, Senhor Presidente, o que estamos advogando é que, enquanto não vier a regulamentação — e estou de acordo com o ponto de vista exposto pelo nobre Senador Clodomir Millet, quando diz que a redação dada à Constituição de 1946 é que, para muitos, não permitia a regulamentação, de vez que os termos eram de participação direta e obrigatória nos lucros das empresas, que a Constituição atual modificou — enquanto essa regulamentação não se faz, enquanto não se der, um instrumento por via legal, a participação dos operários no lucro da empresa, poderá ser facultada ao empresário iniciar uma forma, nessa participação, num aumento de salário aos seus empregados, uma forma de acordo de abono, de ajuda, qualquer que seja, permitindo esse au-

mento salarial. Pois o que o Governo tem feito é anular e proibir terminantemente isso, haja visto os acordos feitos, no passado, entre bancários e banqueiros fluminenses e paulistas e que foram anulados pelo Ministério do Trabalho.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Senadores, o que advogamos — repito — é que, enquanto não vier essa regulamentação, desde que o próprio empresário queira dar aumento ao seu operário não se o anule. Mesmo porque como disse de início existem leis baixadas inclusive pelo ex-Presidente Castello Branco determinando que nas convenções do trabalho as partes estipulassem livremente condições para aumentos salariais.

O Sr. José Guimard — Permite Vossa Excelência um aparte. (Assentimento do orador) — Vossa Excelência não acredita que eu defendo o arrocho que Vossa Excelência está condenando. Mas Vossa Excelência deveria ter em consideração o seguinte: o Governo não é obrigado a obedecer também a uma lei dando um prazo um limite para que haja o desaperto dos alários. Não existe esta lei.

O Sr. Eurico Rezende — Existe até o ano de 1968.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Existe uma lei do Governo do Presidente Castello Branco determinando que no prazo de três anos qualquer aumento de salário deveria ser limitado pelos índices deste Departamento Nacional de Salários.

O Sr. Eurico Rezende — Índices residuais.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas Vossa Excelência argumenta com a lei. Vossa Excelência sabe quantas leis já foram revogadas neste País inclusive pelo próprio Presidente Castello Branco. Não sabe Vossa Excelência que existe uma lei do inquilinato, feita pelo Presidente Castello Branco, que o Governo revogou parcialmente. Não seria o caso de o Governo revogar parcialmente esta lei ou então permitir que os patrões livremente estipulem salários de seus empregados, principalmente aqueles que podem fazê-lo.

Refiro-me aqueles que apresentam lucros fabulosos, que os permitam aumentar os salários.

Vossa Excelência, por exemplo, pode ter servilidade a sua disposição, — para exemplificar — e acha justo, acha lógico, acha normal que o Governo o proíba de remunerar condignamente os seus empregados.

O Sr. José Guimard — Mas estes não são sindicalizados.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não tem importância. Quando o aumento é decretado, abrange a categoria profissional, não só os sindicalizados, como os que não pertencem aos sindicatos. Se eu fosse um industrial, por exemplo, e meu balanço apresentasse saldo apreciável, lucros fabulosos — existem indústrias com grande fofoança neste País — como industrial, não poderia eu aumentar o salário de meus empregados?

O Sr. Clodomir Millet — Uma firma, individualmente, pode fazer isso. Nada há que o impeça.

O Sr. Eurico Rezende — Não, não pode. V. Ex.<sup>a</sup>, que é sempre gentil para comigo, vai-me permitir o contra-aforte, porque não posso deixar de responder. O Governo faz muito bem em prosseguir nessa política salarial até junho ou julho do ano que vem. Se se permitir a livre contratação de aumento salarial, veremos firmas, como por exemplo Matarazzo, Votorantim, Sadia, que poderão dar um aumento e outras firmas que não o poderão fazer. Com isto estabelecer-se-ia o desnível. Um torneiro, um carpinteiro, de uma fir-

ma salta, em termos salariais, para 200 cruzeiros novos. E o torneiro e o carpinteiro de centenas de outras firmas, que não podem arcar com o ônus, não é aumentado. Veremos, então, trabalhadores de primeira classe e trabalhadores de segunda classe. Este problema não é só para a empresa privada. O próprio funcionalismo público, no ano que vem, terá o aumento mas o terá na mesma proporção em que o terão os trabalhadores. E, mais do que isso, a Constituição Federal estabeleceu a regra da paridade. Dentro de algum tempo, neste país nós vamos ter esse desnível salarial de funcionários de instituições parlamentares e judiciárias e funcionários do Poder Executivo, em que os primeiros, numa determinada categoria, ganham 700 cruzeiros novos, enquanto os do Executivo da mesma categoria, ganham 180 e 200 cruzeiros novos. Isto não se chama política de arrocho. Antigamente é que havia. Antes, o Presidente João Goulart mandava o Ministro da Fazenda indagar de quanto precisavam os funcionários públicos ganhar para viver. Então, dava o aumento e fazia a "guiltra" funcionar.

Hoje, a pergunta é muito mais séria, pouco importando a impopularidade injusta e transitória: Quanto a Nação pode pagar ao funcionário? Transmutada para outro setor, a pergunta é: Quanto a indústria privada pode pagar aos trabalhadores? Isto é que é seriedade, Excelência. Estabelecer um nível mínimo e não colocar trabalhadores da mesma categoria com salários tremendamente diferentes.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.<sup>a</sup>, se recorresse à lei revogada da Consolidação das Leis do Trabalho, verificaria que lá existe dispositivo — e a Consolidação é de 1943 — em que expressamente se reconhece o direito às empresas e até de diminuir salários de empregados, de não cumprir novas normas de dissídios coletivos de reajustamento salarial, desde que provem a impossibilidade de fazê-lo. Portanto, essa apreensão de revogação de leis que tratam de uma empresa ou outra sempre existiu e sempre existirá, porque haverá sempre empresas que remunerem de uma forma ou outra.

O Sr. Eurico Rezende — Agora não existe mais.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — A Consolidação não foi revogada nesse ponto. Se as empresas provarem que não podem satisfazer determinados compromissos salariais estarão desobrigadas de fazê-lo e poderão até diminuir salários, desde que respeitem o salário-mínimo da região. E um dispositivo que existe na Consolidação das Leis do Trabalho.

Portanto, o que estamos advogando é que aquelas empresas que têm dinheiro, que têm reservas, que têm folgança econômica, que auferem lucros praticamente extraordinários, possam satisfazer maior remuneração para seus operários, desde que queiram fazê-lo espontaneamente, o que o Governo proíbe, o que o Governo não permite.

Mas, Sr. Presidente, queremos nos congratular com certos setores da imprensa, notadamente da Guanabara, que, diariamente, chamam a atenção do Governo para esse angustiante problema, espantando que ele modifique tal orientação, tão lesiva aos interesses do povo, principalmente das suas classes trabalhadoras, até que se regularmente o dispositivo constitucional. Desde que a empresa queira antecipar-se a essa regulamentação, queira parte de seus lucros aos seus empregados, que o



Governo não venha a considerar ilegal esse aumento, esse abono concedido pelas classes empresariais conscientes. (Muito bem.)

## Documento à que se refere o Senhor Senador Aarão Steinhilber em seu discurso:

### DITADURA SALARIAL

A política salarial que o atual governo decidiu manter com unhas e dentes é, realmente, desumana e confiscatória.

Ela, sobre impedir que os reajustamentos salariais compensem os efeitos da desvalorização da moeda em dado período, proíbe que os empregadores, quando em condições econômicas e financeiras favoráveis, acordem índices de reajustamento com os seus empregados em bases mais razoáveis do que aquelas irrealistas, fixadas segundo os critérios do Departamento Nacional de Política Salarial.

Assim, em 1966, sabendo-se que a inflação foi superior a 40%, impediu o governo que os reajustamentos excedessem a 30%, resultando um verdadeiro confisco de 10%, que foram devolvidos às empresas e ao governo para financiar o desenvolvimento do país, aumentando o lucro das indústrias.

Este ano, repete-se esse verdadeiro golpe na economia do trabalhador, o hipossuficiente, o economicamente fraco, segundo o conceito do Direito Social. Com uma inflação estimada em 30%, permite-se, apenas, reajustamentos até o máximo de 25% com relação aos níveis do ano passado. Assim, um trabalhador que em outubro do ano passado recebia 200 cruzeiros novos por mês, em face da inflação, está recebendo, hoje, apenas 170 cruzeiros novos.

E não adianta a Justiça do Trabalho, em sua soberania, decidir, aplicando a mesma lei, que foi justo o acordo celebrado entre banqueiros e bancários paulistas, por exemplo, ao fixar, julgando um dissídio, o índice de 30% como o do reajustamento devido à categoria; o governo não se conforma com a decisão e insiste em que seja preservado o seu índice de 23%.

Evidentemente que essa situação é insustentável. Os empregadores, sobretudo no caso dos bancos, estão coagidos em sua liberdade de contratar aumento de salário; a soberania da Justiça do Trabalho acha-se constantemente contestada pelos atuários e economistas do Executivo, que não aceitam a interpretação da lei por ela apresentada.

No mesmo momento em que o governo edita um decreto-lei favorecendo e estimulando as convenções coletivas de trabalho, por outro lado, e de forma contraditória, nega às partes essa liberdade comecinha de acordar um índice de reajustamento e que, apenas, repõe no estado anterior o poder aquisitivo do salário do trabalhador.

Essa política confiscatória carece de ser urgentemente reformulada porque ela aberra contra os mais elementares princípios da justiça distributiva, tornando-se num permanente e real fator de agitação e de inquietação social.

### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo, Levi) Tem a palavra o nobre Senador Nogueira da Gama, por permissão com o nobre Senador Aurélio Vianna.

### O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srs. Senadores, prosseguindo nas diretrizes que traçou para o seu Governo, o Sr. Presidente da República deverá dirigir-se, amanhã, a

Belo Horizonte, Capital do meu Estado.

Como todo o país sabe, periodicamente S. Ex.<sup>a</sup> se transfere às capitais dos Estados para, in loco, examinar e estudando as reivindicações dos respectivos governos, decidir sobre aquelas que pareçam justas e em condições de acatamento.

Não tenho dúvida em declarar, embora Presidente do M.D.B. naquele Estado, que estaria disposto a comparecer, na noite de amanhã, à recepção que o Governador Israel Pinheiro vai oferecer ao Sr. Presidente da República.

Recebi convite para essa festividade e a ele só deixo de atender, porque o cumprimento dos meus deveres de Vice-Presidente do Senado Federal obriga-me, a permanecer em Brasília, a fim de substituir, durante os três dias de permanência do Sr. Presidente da República no meu Estado, o eminente Sr. Pedro Aleixo, Vice-Presidente da República, na sua qualidade de Presidente do Congresso Nacional; pois S. Ex.<sup>a</sup> permanecerá por esse tempo na Capital mineira.

Sr. Presidente, o papel da Oposição, segundo a minha maneira de ver, o modo pelo qual sempre a entendi e a pratiquei nessa Casa e fora dela, não me pode impedir de, em determinadas ocasiões, voltar as vistas e, mesmo, conceder aplausos aos homens que fazem parte da administração pública.

Entendo que à Oposição não cabe apenas censurar, atacar, divergir, reclamar, ou contestar, mas, sobretudo, é dever primordial exercer uma crítica alta elevada, serena em nível insuspeito, sem qualquer agressividade ou desejo sistemático de obstruir a boa marcha dos trabalhos executivos do Poder público.

Então, Sr. Presidente, que o papel mais importante da Oposição é fazer tudo para que os governos governem realmente, com proveito e eficiência. Assim, neste momento, quando o Presidente da República visita meu Estado natal, não seria outra minha atitude, inclusive e principalmente porque é proverbialmente conhecida a hospitalidade do povo mineiro em relação a todos aqueles que palmilham seu território e visitam suas cidades, com o desejo de cooperar, de trabalhar pelo seu progresso e engrandecimento. Por certo que haverá um sentido mais eloquente, mais expansivo, de maior relevo, em relação à visita do Senhor Presidente da República, porque Sua Excelência é a mais alta autoridade do País e representa a Nação brasileira. Os mineiros, que no período do Império receberam os dirigentes do país, com as mais alegres festividades, todas sempre acolhidas ali sem restrição de qualquer natureza — e isso mesmo quando o povo do Estado sofria a pressão da Metrópole — nunca deixaram de acolher seus hóspedes com alegria. Certamente não o faziam agora em relação ao Senhor Presidente da República, porque — repito — a hospitalidade de Minas é, sobretudo, a solidariedade com que distingue os que a querem ajudar, é hoje acontecimento verdadeiramente histórico.

Sr. Presidente, quem perpassar os olhos pela história de Minas Gerais verificará que meu Estado tem sofrido muito, durante todo o período republicano e mesmo antes, ao tempo da Colônia. No início de suas primeiras atividades, Minas foi vítima da exploração da metrópole portuguesa que, aos impulsos de muita ganância, impeliu para as terras mineiras, para suas regiões auríferas, massas humanas de exploradores, a serviço do erário metropolitano. O outro de Minas Gerais exauriu-se rapidamente, com a extração assim feita, isto mais ou menos entre os séculos XV e XVI, dirigida apenas pelo desejo de maior aproveitamento das riquezas minerais então de mais fá-

cil exploração. Portugal se aproveitou dessa atividade, que trouxe a Minas cidades, povoados e igrejas barrocas, mas deixou a terra solapada e depauperada. Mais adiante, as matérias primas de Minas deram recursos para o desenvolvimento da exploração industrial do açúcar em Pernambuco e no Nordeste, sem que a antiga lograsse compensações para o seu próprio desenvolvimento.

Depois, esgotadas as reservas de mais fácil exploração, o território mineiro foi deixado ao abandono pelos que o procuraram ávidos de fazer fortuna. E Minas entrou numa decadência da qual procurou sair através das atividades agropecuárias.

Ainda aí, Sr. Presidente, o papel dos trabalhadores mineiros, dos homens que na vida rural lutavam para auxiliar o progresso do Estado, ainda aí Minas nada mais fez do que exportar as suas matérias-primas, inclusive e notadamente para São Paulo e a antiga Capital Federal, hoje Estado da Guanabara.

Tentativas foram feitas mais adiante para o ressurgimento da mineração, porém, só muito recentemente, as indústrias pesadas se impiantaram em Minas Gerais, como a Acesita, a Belgo-Mineira, a Ferro Brasileiro, a USIMINAS e um conjunto grandioso de usinas de ferro gusa que hoje se acham num regime de lucratividade em vão pelo seu próprio desenvolvimento, sem o menor apoio do Governo estadual ou federal.

Assim, Sr. Presidente, não é demais que um nome da Oposição de Minas Gerais ocupe a tribuna do Senado Federal para bater palmas às visitas do Sr. Presidente da República a este Estado e se alie aos seus praticos na hospitalidade, ao respeito e nas homenagens que ali vão ser prestadas ao Chefe da Nação.

Desejo, sem dúvida, que S. Ex.<sup>a</sup> receba todas essas honrarias, como sinceras, mas estou certo de que sua visita ao meu Estado, ao Estado da terra heróica de Tiradentes, possa trazer alguns resultados benéficos, favoráveis ao soerguimento econômico da velha província.

O Governo do Estado apresentou um elenco de reivindicações, que deverão ser submetidas ao Senhor Presidente da República e, segundo noticiam os jornais, somam 120 postulações os melhoramentos de que Minas precisa para sua caminhada pelo progresso e pela civilização.

Estou certo, Sr. Presidente, de que o nobre Chefe da Nação não se recusará ao exame dessas proposições. Minas tem, por exemplo, uma região vasta no noroeste, próxima às divisas com Brasília, formada de terras fértilíssimas, inteiramente abandonadas, terras estas servidas por cursos d'água tributários do grande Vale do São Francisco. Toda essa região, Senhor Presidente, foi estudada convenientemente por técnicos abalizados. Foi examinada sob os mais variados aspectos, inclusive pelo sistema pluviométrico, que demonstrou a longevidade sem limites da fertilidade de seu solo devido à regação das chuvas, durante épocas em que elas se fazem necessárias.

O Governador Israel Pinheiro mandou organizar um plano de execução de trabalhos nessa grande região do Estado, maior que o Estado de Pernambuco, onde através de uma colonização racional se poderá fazer uma grandiosa obra de desenvolvimento econômico-financeiro, não só para Minas, mas também para todo o Brasil e, especialmente a Capital, que muito lucrará com o engrandecimento agropecuário dessa região.

Esse plano de colonização dessa região, que abrange todo o Vale do Urucali, tem sua execução orçada em cerca de oitenta bilhões de cruzeiros, cujo financiamento o Estado de Minas Gerais já está pleiteando perante o Banco Internacional de Desen-

volvimento e os órgãos nacionais, como o IBRA e o INDA.

E' de esperar que o nobre Chefe da Nação tome conhecimento desse plano e dê à Minas as condições de que precisa para a colonização da vasta região do Vale do Urucali. Mas não queremos apenas isto do Sr. Presidente da República: desejamos também, nós mineiros, que S. Ex.<sup>a</sup> examine um plano vastíssimo de abastecimento a ser instalado nas proximidades de Belo Horizonte para que gêneros alimentícios abundantes e variados sejam oferecidos prontamente não apenas àquela Capital, mas a todas as cidades que a circundam.

Desejamos e esperamos que o Sr. Presidente Costa e Silva volte também as suas vistas para o problema siderúrgico do Estado e nos dê condições indispensáveis para que no Vale do Paraopeba possa erguer-se uma siderúrgica, em condições de atender àquela vasta região, salvando da ruína e da destruição as numerosas usinas de ferro-gusa que hoje definham em todo aquele perímetro.

Esperamos, confiantes, outrossim, que o Presidente Costa e Silva volte por igual as suas vistas para os planos que o Governo de Minas tem organizado no sentido de execução do sistema rodoviário do Estado, porque, sem isto, faltando-nos estes meios de comunicações eficazes e rápidos, por certo que o "hinterland" mineiro, tão vasto e tão falho destes melhoramentos, não poderá entrar como é preciso, na senda do progresso e do desenvolvimento econômico.

São estas as esperanças do povo mineiro com a visita do Senhor Presidente da República ao nosso Estado. Desejamos que S. Ex.<sup>a</sup>, pelas súmulas que lhe vão ser apresentadas pelos órgãos competentes do Ministério do Planejamento, aos quais estes planos todos já foram submetidos, possa estudar convenientemente e decidir em favor de Minas as reivindicações que a S. Ex.<sup>a</sup> vão ser apresentadas. E' indispensável que o Sr. Presidente da República examine, de perto, com segurança, a situação penosa do atual abastecimento d'água de Belo Horizonte. Implantado para atender a uma população estimada em 300 mil habitantes, é evidente que não pode abastecer a atual população, que já ultrapassa a um milhão de habitantes. Mais de 700 mil se utilizam de água de poço ou de cisternas, havendo já na periferia da cidade uma contaminação dessas águas pelas fossas também construídas, nesse perímetro. A mortandade de crianças é muito grande pela gastroenterite hepática e outros males. Belo Horizonte necessita de investimentos para o seu novo sistema de abastecimento d'água.

Mas, Sr. Presidente, como homem da oposição, não quero ficar apenas nestas palavras de expectativa e de confiança, em face da visita do Sr. Presidente da República ao meu Estado. Desejo sinceramente que o nobre Presidente Arthur da Costa e Silva possa sentir como pulsa o coração de Minas, neste momento de transições que o nosso país atravessa. Se S. Ex.<sup>a</sup>, tranqüila e serenamente, auscultar o mensuramento das possibilidades do interior do meu Estado, que se refletirão, certamente, em Belo Horizonte, a respeito dos anseios daquele povo na hora presente, por certo verificará, em Minas, terra do trabalho, da ordem e do equilíbrio, mas, sobretudo, terra da independência e da liberdade, o que todos respeitamos, o que todos mais desejamos, em consonância com essas reivindicações de ordem material, é a abertura de novos caminhos para a redemocratização deste país.

Somos um povo amante eterno da liberdade. Um dos nossos compatrio-

ta, em épocas longínquas, deu o seu sangue, a sua vida, para marcar na nossa história as tradições de Minas. Foram muitos os homens que morreram, enviados ao degredo, após a glorirosa conspiração de Minas, que passou à história com o nome de todos eles, num exemplo aos pósteros e impedindo que, de qualquer maneira, deixem os mineiros de sentir, dentro do seu coração e da sua alma, os impulsos da independência e da liberdade.

Trabalhamos dentro da ordem, mas defendemos o quanto antes a redemocratização deste país, e esta não virá se nos colocarmos dentro de subjugação e vinculação de votos, porque o eleitor estará cercado na sua livre escolha, porque a Constituição Federal estará violada quando assegurar o sistema majoritário para determinadas eleições, porque, sobretudo, o pluripartidarismo, assegurado pela Carta Magna, será letra morta pelo inelegibilidade que por esta forma se lhe dará.

Por outras palavras, nosso desejo, não apenas da Oposição ou do MDB de Minas, mas de todo o povo mineiro, é que o Sr. Presidente Costa e Silva pense por um instante, com serenidade, pairando nos antipianos onde as paixões não chegam, naqueles antipianos aúferos e puros de Minas Gerais, sobre a impossibilidade de continuarmos presos ao bipartidarismo, que implicará no domínio absoluto do partido do Governo sobre o partido da Oposição. Este é hoje o maior anseio dos mineiros e de todo o Brasil. Em vez de subjugação, que viriam sufocar a liberdade dos eleitores, que se nos abram as portas para o pluripartidarismo, que se nos assegurem os caminhos constitucionais e legais que nos podem levar à organização de outras entidades partidárias, porque o dualismo político num país novo como o nosso é uma camisa-de-força imposta aos eleitores e a todos os homens públicos. E' o esmagamento da democracia, que, assim, deixará de ser o sistema ideal com que sempre sonhamos os brasileiros.

Sr. Presidente, são estes os nossos votos e a expectativa da confiança com que acolheremos em Minas o Presidente Arthur da Costa e Silva. Ficamos esperançosos de que os ares e o clima das montanhas de Minas, com a história de nossas liberdades, levem ao espírito de S. Exa. novas auras, auras de uma redemocratização que não poderá ser feita com o bipartidarismo mas tão só com o pluripartidarismo, assegurado pela Constituição, o que o Presidente da República deve garantir a todos os brasileiros. (Muito bem. Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Carlos Lindenberg. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Moura Palha.

#### O SR. MOURA PALHA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação brasileira ainda guarda bem nítidas, na sua lembrança, os instantes dolorosos que traumatizaram sua consciência democrática em consequência dos atos cassatórios de direitos políticos de muitos de seus filhos. Explicados uns, duvidosos outros, repleto de inexplicados e injustos tantos casos, tarefa de que somente a imprensa se incumbiu ante o silêncio do silêncio misterioso, e de cujo quadro, nesta hora, na conhecida homenagem da minha estima e da minha saudade, extrai o nome e a figura de um querido e inesquecível amigo, — o deputado Dionísio Bentes de Carvalho —

que acaba de falecer levando consigo a interrogação da sua proscricção, — foi com um profundo alívio que o Brasil inteiro ouviu o badalar do grande relógio minuído da vigência daqueles atos que tanto nos envergonharam perante o mundo civilizado, na brutalização dos nossos mais caros sentimentos cristãos e humanos.

Mas, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, não estou aqui para revolver e tolemaizar a respeito de fatos consumados, cujos efeitos já se projetaram irremediavelmente na alma nacional e baniram de tantos brasileiros inocentes a paz e a tranquilidade dos seus dias presentes e futuros.

Estou aqui, sim, para denunciar à Nação que tais atos que imaginávamos sepultados, estão sendo reeditados no meu Estado do Pará, sob a inspiração de interesses inconfessáveis do seu governo, num disfarce desmascarável. Os atos decretados pelo Governo Revolucionário tiveram, pelo menos, as características da terceira fase do julgamento de Cristo: foram praticados à luz solar, às escâncaras, a sol aberto, emoldurados por sapinhos de legalidade dentro do quadro permissivo de um período de exceção. O que, porém, está acontecendo no Pará, bem ao contrário, é produto de concilabulos espúrios, perpetrados em plena fase de redemocratização, sob o império de uma Constituição, na afronta de uma Carta de Direitos.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao início de uma onda de cassações de mandatos eletivos dos prefeitos municipais da minha terra, cujas cabeças já começaram a rolar. Dois deles, — os de Tomé-Açu e Santarém — o maior produtor de pimenta do reino do mundo e o segundo mais importante do Estado, respectivamente, vivem na hora presente, na violação de suas prerrogativas constitucionais e triplicado à autonomia de seus municípios, os efeitos danosos de mais um ato do felineo governo, de que a Revolução em má hora e de boca-fe, arrancou dos quartéis para dirigir um Estado altamente privatizado. Sabemos que um posto de governador para dirigir civis não é privativo de civis, nem postos militares são exclusivos de militares. Ali estão, ao longo da nossa história, civil e militar, exemplos edificantes simbolizados nas figuras venerandas de um Calógeras e de um Marechal Eurico Dutra.

No meu Estado, entretanto, desgraçadamente, o maior governador ainda não se convenceu de que já é tempo de esquecer as náguas rígidas e disciplinadoras do Rio, que é privativa dos militares, para voltar à Constituição que é o catecismo da democracia. Que já é tempo de fechar os ouvidos ao ranger das suas botas para curvar-se à soberania da Carta Magna. Que deve se convencer que para lidar com o povo, é preciso ter vocação de bom guerreiro, amando-o acima de tudo, para poder compreendê-lo e governá-lo com sabedoria. Que já é tempo de descer da sua torre de marfim, e vir até à planície para comunicar do seu sofrimento, no debruçar-se nos telhados dos merendos, no serpentear-se nas feiras livres, varando os seus lares para sentir de perto suas misérias e as suas dores, reacendendo os seus fogões que a fome arreu, enxugando as lágrimas de desespero do seu funcionalismo de ganha a média de 2.000 cruzeiros velhos por dia e paga 3.000 por um quilo de carne.

Distanciado certa vez mais do povo não tem e não terá mais condições de dialogar com ele porque trocou o argumento da palavra pela frieza matemática dos gráficos mentirosos, como aconteceu com a Magistratura, ao negar provimento às suas justíssimas reivindicações, sob a alegação de não ter arrecadado o previsto orçamentário. Com a alteração, calcoteou a nobre classe. O meu velho império impingir à bannada federal. Um dos seus

membros, porém, precisando o Deputado Martins Júnior, desorientando-o, confundiu-o com essa pergunta: "Mas V. Exa. não tem recebido ajuda do Governo Federal?" Embora tentando negar, acabou por confessar que sim, e que com essa ajuda, se mantinha o próprio organismo. Fugiu, pois, o povo do Pará, sabendo: o Governador Alacir Nunes já recebeu mais do que necessitava, não passando de baleia as decantadas dificuldades. Daí a sua tranquilidade no reatado-se à vida de salinas e despacho sobre a vida estudar a vida numa colônia da Nova York.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores: o propósito deste pronunciamento não é o de revolver matéria passada em julgado que todo o Pará conhece.

Ele objetiva, sim, denunciar à Nação a revivência dos atos atentatórios aos direitos políticos que imaginávamos bapidos do processo democrático brasileiro. E' que o Governador, atendendo ponderações de seus cachichadores, em consonância com os seus desejos agora irrefreáveis, decidiu ingressar, definitivamente, na política, já que não conseguiu passar do tamar da administração.

"Que diabo", pensou, "se o caminho natural de todo o governador é a estrada do Senado da República, porque não começar desde logo o sacrifício da caminhada?" "Sinto que o povo está feliz. Ama-me desvairadamente, como demonstrou estrepitosamente por ocasião da parada de 5 de setembro. A Magistratura entoa hinos de gratidão a mim, seu salvador, e vai até me oferecer uma flâmula com tantas estréias quantas as comarcas que tranquei." O funcionalismo público, tendo os barnabés por balizas, em comovido processo, controla, descalça e esquelido, na comemoração do seu dia máximo — 23 de outubro — virá até ao Palácio, para ponderar suas roupas em farrapos fêlo beneditino multicolor, no seu mastro. A cidade, graças ao Patrulhão, vive em paz, sob a garantia democrática dos galhardetes do Rádio Patrulha, especialmente adquirida para impor a Lei e o Direito, já que decidi fazer a Justiça. A "Frigorifer" este é o meu governo no combate à carência que de tão pouco que ganhava morre-me um aumento de preços, com que me pedisse, ligada unilateralmente aos meus interesses patrióticos e aos interesses não menos patrióticos dos que me são caros, aperfeiçoar seus métodos de exibição nos mercados das chás de dentro, alcátraz e filés, com que o meu povo só de olhar, mas só de olhar mesmo porque não pode comprar, refortaleço o seu orçamento redobra as suas forças, banda o voto que me confundi. Salvo — um Salvo —, um tesouro e quando não pira e que a minha perspicácia governamental descobriu, hei de transformar num rio de Ali Babá, de cujas roletas e parcos verdes extrair tanto ouro que causará inveja aos inteiros e desvairados municípios colônias, que não tiveram a ventura de receber a ajuda do Estado nem alugar o meu umbigo central.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores: se bem pensado, logo aqui, sem embargo da adoração do seu povo, mas num relance intuitivo de que em política é sempre bom desconfiar, sob o alívio que fê-lo sentir-se um rico Padre Antônio Vieira de galochas, resolveu clar o seu propósito de segurança, com a instalação de uma infra-estrutura política com base no interior do Estado, como garantia do voto que decidiu empreender, rumo ao Planalto, contra os Cebás tão frequentes e perigosos nos ares que vai carter pilando o teco-teco das suas estancas...

Sabedor de que o prestígio político da ARENA, no Estado, é detido por muitos líderes aos quais teria de

se render submisso, resolveu pertubar esse prestígio, pisoteando a Constituição, cristalizando direitos políticos adquiridos nas urnas, violando a vontade soberana do povo, fazendo pender sobre os postulados o desejo irreversível e ardente de empossar ao Senado as cintilhas dos salinas, 12 volts de sua inteligência, caindo as reverberações que iluminam esta Casa. Coincidindo essa sua vontade com a vontade aduladora dos seus íntimos, foi ali mesmo em Palácio, no mesmo instante, instalada a máquina da qual saíra o golpe salvador. Presidindo o concílio, imbuído de propósito, o Cebás e sua coleção, aguardava, impaciente, as proposições, para julgar. Enquanto os demais confabulavam em sussurro, o neo-candidato voçava sua imaginação em direitura do Brasil, pensando-a docemente no coité enforcado... Um dos oráculos, timidamente, passou-lhe um papel escrito. Era a fórmula. Um murro quebrou o silêncio e ia quebrando, também, a mesa de maçaranduba, oferta da "Sempre Viva". Sim, Delenda Carthago! Isto é, delenda Tomé-Açu, Santarém, Abaetetuba, Primavera, Moji, Alenquer, Juriti, Salvaterra. Delenda todos os municípios fiéis aos seus verdadeiros líderes. Sim, apenas os Prefeitos. Casemo-lhes os mandatos. Intervenção para os que contam com a maioria dos vereadores. Impeachment para os que não a contam. Pouco importam os meios e os termos. Salvem-se os fins. Todos os caminhos conduzem a Roma". Então, justificando as passagens e os câmbios dos amigos do Missouri... Em frente, na Praça Pedro II, o bravo General Gurião estremeceu no seu pa-zão...

Assim, selado, o derradeiro instante de paz e tranquilidade dos pobres prefeitos paraóaras, a começar pelo Tomé-Açu, constituiu-se, imediatamente eleito e retirado a forceps, por via de uma intervenção caricata em que, na porfia da ignorância e do desprezo à lei, não se sabe quem pisou primeiro: se o governador ou o deputado, se a Assembleia Legislativa ou a maioria sena a sua orelha, ou a Câmara Municipal, demora que a própria Câmara deferiu, atendendo a motivos de força maior invocados. E' rudimentar: o Instituto da Intervenção, pela sua gravidade e caráter excepcional, se reveste de cautelas quase religiosas. Só é aplicável nos casos previstos expressamente na Constituição Federal e sua duração tem os limites da prestação do fato. Cumprido este, ela cessa automaticamente. E' direito tradicional e expresso, que a Constituição Federal consagra no seu art. 16, parágrafo 3º: "A intervenção nos Municípios será regulada na Constituição do Estado, só podendo ocorrer: a) b) c) quando a administração municipal não prestar contas a que estiver obrigado na forma da lei".

Ora, no caso, o prefeito de Tomé-Açu, prestou-as. Com atraso, é verdade, mas prestou-as. E se prestou, porque a intervenção? Fez mais o Governador: decretou-a, nomeou o interventor, este tomou posse e só então é que mandou para a Assembleia o pedido prévio. Mais ainda: fixou em 210 dias a duração do ato. Evidentemente, o Governador entrou para a história. Seu historiador, Spínola, certo Prof. há de tê-lo relacionado entre os maiores vultos do Federalismo. A ilustre de fins, porém, justifica os meios. Consumada a primeira violência, estimulado pelo sucesso, amparado na superveniência da maioria da Assembleia e docilidade de um antigo do Tribunal de Contas, cuja atuação e competência ressaltava duvi-

dosa, senão ilegal e arbitrária, investiu contra Santarém, onde o governo dispõe de maioria dos vereadores, na proporção de 8 para 3. Por isso, o mesmo auditor que sugeriu a intervenção para Tomé-Açu, aconselhou para este, o impeachment, embora a mesma motivação.

Acontece, porém, que, como não só a maioria dos vereadores tenha hesitado na decretação do impeachment, que sabe injusto, e terem alguns amigos do prefeito se postado, em posição pacífica nas proximidades da Câmara local, resolveu o Governador fazer a deposição do prefeito pelas armas. Para isso, sob o comando de um tenente, sargentos e soldados, armados de fuzis e metralhadoras, chegaram a Santarém três contingentes da Polícia Militar do Estado, num total de 39 homens, cuja presença garantirá a execução da tirania, como se vê do recorte da "Folha do Norte" de ontem que passo a ler:

Entretanto, desde que aqui chegou o primeiro contingente armado da Polícia Militar do Estado, acompanhado do titular da DASI, que os colonos "melhoraram" e até desapareceram... não tendo havido mais ajuntamentos ou passeatas. E isto, faz já cerca de 12 dias consecutivos, isto é, de plena paz em toda a cidade.

Mas enquanto a cidade vem se mantendo calma e os Vereadores nada querem com o desempenho de seus mandatos, eis que a cidade, no dia de hoje, foi surpreendida com a chegada do 3.º contingente armado da Polícia Militar do Estado, este constituído de 16 soldados, 1 cabo e 1 sargento. E as dependências da D.P. já são insuficientes para abrigar cerca de 30 militares armados, comandados pelo tenente Raimundo Nonato Lima.

Relatando ligeiramente a reportagem, o tenente Nonato Lima declarou que os militares aqui chegaram, juntamente com os que aqui já se encontravam, sob o seu comando, ainda não têm missão traçada, encontrando-se todos na dependência de ordens que estão sendo aguardando a qualquer momento.

O povo, nesta altura, começa ficar sobressaltado, vendo a sua cidade militarizada, como se alguma coisa de grave esteja para acontecer."

Enquanto isto, o prefeito de Baião, denunciado por malversação e locupletamento dos dinheiros do município, foi deixado para depois. Pudera: se goza da cobertura do sógo do Governador. Quando o zelo do Egregio Tribunal de Contas chegar lá, a casa já estará arruinada.

Cerca de 40 prefeitos vivem sob a terrível ameaça, segundo anunciam os jornais. Como marionetes, denunciados, chedecendo o dedo duro do Governador, continuam a faina que, derrubando os gestores que são os chefes políticos locais, substitui por apaniguados, implantando, assim, a sonhada infraestrutura política visando o próximo pleito.

O fato, em si, sob o ponto de vista político, que é a sua tónica, representa indistigável jogo doméstico dentro da ARENA local. É sabido que esta tem como seu candidato natural, ao governo, o atual Ministro do Trabalho que, desde o último pleito, fixou seu suporte no interior, na força política dos seus prefeitos. O Sr. Alacid, porém, que só chegou ao Governo do Estado por força do aval que lhe emprestou aquele, manobra no sentido de destruir o esquema traçado, cujas consequências, por isso mesmo, são imprevisíveis.

O assunto, entretanto, como disse, confina-se nas paredes do partido de ambos, só a eles interessando, dentro

da luta doméstica que se trava, por provocação do Governador.

Para nós, do Partido contrário, o episódio vale, apenas, para alertar o Governo Federal pelas implicações afetadoras de sua área, com a transgressão à lei e que nos abastarda, consubstanciada nas cassações sob seus múltiplos disfarces.

A nós, da oposição, no desempenho construtivo de nossa missão, que é o do resguardo das instituições constitucionais, cabe o dever de denunciar, como estamos fazendo, o Governador Alacid Nunes, pela inauguração no meu Estado de uma fase de inquietude, roubando a paz e o sossego dos governantes municipais, preocupados com a espada de Damocles, levando-lhes o pânico, desinteressando-os de suas administrações, como se já lhes bastassem os dramas impostos pelo ICM.

Enquanto o Presidente Costa e Silva dá um edificante exemplo de sabedoria, prudência, respeito aos poderes constituídos e aos diplomas legais, ao negar provimento às insinuações de políticos matogrossenses que pretendiam a cabeça do governador Pedro Pedrossina, o major Alacid Nunes, num desrespeito à orientação presidencial, mobiliza todas as forças brutas de que dispõe, para criar e estimular o episódio de Caím, fomentando e inconseqüente, ceda seus propósitos subalternos em proveito do seu despreparo para a nobre tarefa de governar, da sua imaturidade política e educacional para o exercício de uma missão, cujas dimensões se medem pela amplitude de suas idéias sadias e no reconhecimento da transitoriedade das ações, na relatividade das suas influências sobre o destino dos homens e das coisas.

Que o Governador do Pará, intolérante, vingativo e autoritário, ambicioso e inconseqüente, ceda seus propósitos subalternos em proveito do povo que o elegeu de boa fé, devolvendo-lhe a paz e a tranquilidade de seus dias, reabilitando-se perante a vida política, administrativa, econômica e social que está perturbando, adaptando-se à serenidade com que o Presidente Costa e Silva está tentando conduzir o Brasil.

Aqui interrompo este pronunciamento, prometendo a ele voltar tão logo se pronuncie a Justiça, à qual já estão afetos os fatos relacionados.

Tenho dito. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador José Guimard (Pausa)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch, pela ordem.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Dr. José Pereira Gomes Filho, da cidade de São Paulo, enviou-me carta, datada de 8 do corrente, na qual salienta que foi levantada uma questão de ordem pelo nobre Senador Lino de Matos sobre as mensagens ainda não apreciadas pelo Senado e referentemente à nomeação de juizes federais para São Paulo.

Informa o missivista que o Presidente do Senado respondeu à questão de ordem concluindo pela inoportunidade de apreciação, o que resultou em interposição de recurso para Plenário, pelo Sr. Senador Eurico Rezende. Posteriormente, o Sr. Senador Mauro Andrade ficou de dar despacho ao

mesmo recurso, a fim de que o assunto merecesse tratamento adequado, conforme se lê no Diário do Congresso de 29 de setembro do corrente ano. Por fim, solicita o missivista seja o assunto novamente posto em questão de ordem perante a Mesa, a fim de que se resolva definitivamente a matéria.

E' o que faço, passando às mãos de V. Exa. a redação da referida carta. Informar o nobre Senador Ruy Carneiro que recebeu carta idêntica do Dr. José Pereira Gomes Filho.

E' a questão de ordem que submeto à consideração de V. Exa. de vez que o Presidente da Casa informou que o Recurso do Senador Eurico Rezende seria oportunamente despachado.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A Mesa fará as investigações necessárias, em face da própria afirmativa de que a questão de ordem já foi decidida, para depois dar a solução adequada.

Não há mais oradores inscritos.

(Pausa)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 24 DE OUTUBRO DE 1967

(Térça-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1967 (nº 583-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública, tendo por recor favorável, sob nº 771 de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1967, de autoria do Sr. Senador Mário Martins, que dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras

providências, tendo pareceres, sob números 697, 698, 699 e 700, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, solicitando tramitação conjunta com os de números 37, 43 e 44, de 1967, nos termos do substitutivo que oferece; de Serviço Público Civil, pela aprovação do substitutivo da CCJ; do Distrito Federal, favorável ao substitutivo da CCJ; e de Finanças, favorável ao substitutivo da CCJ.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 (nº 202-D-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem, tendo parecer favorável, sob nº 686, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

4

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 917, de 1967, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando seja feita a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo de autoria do Sr. Paulo de Castro, sob o título "Revolução e os Judeus", publicado no "Correio da Manhã" de 18 do corrente.

Matéria em Tramitação no Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN), que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

Calendário para apresentação de emendas: dias 20, 23, 24, 25 e 26 de outubro.

Projeto de Lei nº 14, de 1967 (CN), que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da ativa da Força Aérea Brasileira, em tempo de paz.

Calendário: para apresentação de emendas: dias 24, 25, 26, 27 e 28 de outubro.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

# SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 1967.

EXERCÍCIOS DE 1966/1967

7.000 — ATIVO

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
7.100 — Disponível			
7.110 — Caixa		548.100	
7.120 — Dep. Bancários			
C/ Movimento	1.077.286.446		
7.121 — Banco do Brasil			
S. A. — C/ Movimento	921.806.350	1.999.092.796	
7.130 — Dep. Bancários			
C/ Prazo Fixo	100.000.000		
7.131 — Banco do Povo			
S. A. — C/ Prazo Fixo	233.421.660	353.421.660	2.333.062.556
7.200 — Realizável			
7.213 — Letras do Tesouro M. Gerais		999.635.000	
7.221 — Empréstimos Simples		739.654.689	
7.222 — Fundo de Assist. Social		638.228.646	
7.252 — Contribuições — Exercício Atual			
01 — Câmara	152.635.000		
02 — Senado	133.904.577	286.539.577	2.664.107.912
7.300 — Ativo Permanente			
7.310 — Equipamentos e Instalações		2.724.000	
7.311 — Máquinas e Aparelhos de Escritório		1.997.880	
7.316 — Aparelhos de copa e Cozinha		170.000	4.891.880
Soma do Ativo			5.002.062.348



8.100 — Exigível		
8.112 — Restos a Pagar Transf. Correntes .....	Cr\$	Cr\$
8.200 — Fundo de Garantia .....		20 834.558
8.210 — Reservas Técnicas .....	4.704.630.502	
Superavit Técnico .....	257.597.288	4.962.227.790
Soma do Passivo .....		5.002.062.348

Brasília, 31 de março de 1967 — Mons. Arruda Câmara, Presidente —  
Sen. Atilio Fontana, Tesoureiro.

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS**  
**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Balanco Encerrado em 31 de março de 1967

EXERCÍCIOS DE 1966/1967

**ATIVO**

<i>Disponível</i>	Cr\$	Cr\$
Bancos C/ Movimento		
Banco Crédito Real de Minas Gerais S. A. ....		63.844.400
<i>Realizável</i>		
Juros 1/2% S/ Emprést. Simples ~ I.P.C. ....	22.443.207	
Capitais Aplicados .....	571.718.159	594.161.366
Soma do Ativo .....		658.005.766

**PASSIVO**

<i>Exigível</i>		
Responsabilidades a Cumprir .....		635.028.414
<i>Reserva Técnica</i>		
Benefícios a Conceder .....		12.937.352
Soma do Passivo .....		658.005.766

Brasília, 31 de março de 1967. — Mons. Arruda Câmara, Presidente —  
Sen. Atilio Fontana, Tesoureiro.

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS**  
**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Demonstração das Contas «Receita e Despesa»

EXERCÍCIOS DE 1966/1967

**RECEITA**

<i>Receita Ordinária</i>	Cr\$	Cr\$
Juros de 1/2% s/Empréstimos Simples ..	39.834.558	
Juros s/Empréstimos de Carência .....	9.568.766	
Juros s/Empréstimos Simples .....	979.840	50.383.164
<i>Receita Patrimonial</i>		
Amortizações de Empréstimos Concedidos		
de Empréstimos de Carência .....	59.811.402	
de Empréstimos Simples .....	9.965.000	69.776.402
<i>Receita Extraordinária</i>		
Empréstimo Especial do I.P.C. ....	600.000.000	
Reposições I.P.C. ....	100.000	600.100.000
Soma da Receita .....		720.259.566

**DESPESA**

<i>Despesa Ordinária</i>	Cr\$	Cr\$
Empréstimo Para Carência .....	631.882.561	
Empréstimos Simples .....	8.612.000	
Auxílio Doença .....	17.119.114	
Pensão Especial .....	151.360	657.765.035
<i>Despesas Diversas</i>		
Devoluções e Indenizações .....		788.854
Soma da Despesa .....		658.553.889

Disponibilidade .....	1.705.677
Porcentagem da Despesa em Relação a Receita .....	91,43%

Brasília, 31 de março de 1967 — Mons. Arruda Câmara, Presidente —  
Sen. Atilio Fontana, Tesoureiro.

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS**

Demonstração da Conta «Receita e Despesa»

EXERCÍCIOS DE 1966/1967

**RECEITA**

	Cr\$	Cr\$
1.000 — Receitas Correntes		
1.100 — Receita Tributária		
1.111 — Contribuições de Segurados Obrigatórios		
01 — Câmara .....	328.453.766	
02 — Senado .....	39.229.412	
1.112 — Contribuições de Segurados Facultativos		
01 — Câmara .....	275.272.664	
02 — Senado .....	189.728.710	
1.113 — Contribuições de Pensionistas .....	71.459.010	
1.114 — Contribuições para Cobertura de Carência		
01 — Segurados Obrigatórios ..	11.189.760	
02 — Segurados Facultativos ..	757.118.080	
1.115 — Contribuições de Mandato Estadual		
01 — Segurados Obrigatórios ..	95.625.500	
02 — Segurados Facultativos ..	54.867.360	
1.200 — Receita Patrimonial		
1.222 — Letras de Importação do Banco do Brasil S. A. ....		363.879
01 — Juros .....		
02 — Agio em Operações de Venda e Resgate .....		
1.231 — Juros de Depósitos Bancários .....	77.196.532	
1.241 — Juros de Empréstimos Simples ..	159.276.024	
1.400 — Receitas de Transferências Correntes		
1.411 — Contribuições da Câmara .....	792.488.470	
1.412 — Contribuições do Senado .....	261.856.735	
1.421 — Saldo de Diárias da Dotação da Câmara .....	147.840.000	
1.422 — Saldo de Diárias da Dotação do Senado .....	8.481.000	
1.490 — Contribuições Diversas .....	175.000.000	
1.500 — Receitas Diversas		
1.511 — Multas e juros de mora s/Contribuições .....	7.065.272	
1.512 — Multas e Juros de mora s/Operações Contratuais .....	2.784.502	
1.520 — Indenizações e Resoluções ....	4.011.178	
1.590 — Outras Receitas Diversas .....	2.088.310	3.461.996.164
2.000 — Receita de Capital		
2.300 — Amortização de Empréstimos Concedidos		
2.310 — Amortização de Empréstimos Simples .....		1.440.448.088
Total da Receita .....		4.902.444.252

**DESPESA**

	Cr\$	Cr\$
3.000 — Despesas Correntes		
3.100 — Despesas de Custeio		
3.130 — Serviços de Terceiros .....	1.580.600	
3.140 — Encargos Diversos .....	39.000	
3.200 — Transferências Correntes		
3.281 — Pensões a Contribuintes .....	1.069.219.192	
3.282 — Pensões a Beneficiários .....	82.896.119	
3.283 — Pensões a Beneficiários Especiais	2.241.594	
3.284 — Auxílios Pecuniários para Funeral	176.994	
3.285 — Auxílios Pecuniários do Seguro de Vida .....	10.770.000	
3.289 — Diversas Despesas de Previdência Social		
01 — Restituições de Contribuições .....	118.090.418	
3.291 — Contribuições do Fundo de Assistência Social .....	642.170.420	1.926.384.337
4.000 — Despesas de Capital		
4.100 — Investimentos		
4.131 — Máquinas, Motores e Aparelhos ..	771.120	
4.200 — Investimentos Financeiros		
4.251 — Concessão de Empréstimos Simples .....	1.287.136.118	
4.300 — Transferências de Capital		
4.320 — Devolução de Depósitos de Terceiros .....	10.906.500	1.298.813.738
Total da Despesa .....		3.225.198.075

Disponibilidade para o Próximo Exercício .....

Percentual da Despesa em Relação a Receita .....

Brasília, 31 de março de 1967. — Mons. Arruda Câmara, Presidente —

Sen. Atilio Fontana, Tesoureiro.

**MESA**

Presidentes — Moura Andrade — (ARENA — SP).  
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG).  
2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB).  
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN).  
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA).  
3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM).  
4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA).  
1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC).  
2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS).  
3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA).  
4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES).

**Liderança**

**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS).

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE), Eurico Rezende — (ARENA — ES).

**DA ARENA**

Líder — Filinto Müller — (MT).

**DO MDB**

Líder — Aurélio Vianna — (GB).

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE).

Antônio Carlos — (SC).

Rui Palmeira — (PB).

Manoel Villaga — (RN).

Vasconcellos Torres — (RJ).

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT).

Adalberto Senna — (ACRE).

Lino de Matos — (SP).

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA**

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Ney Braga  
João Cleofas  
Teotônio Vilela  
Júlio Leite

Atílio Fontana  
Leandro Maciel  
Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Siegfredo Pacheco

**MDB**

José Ermírio  
Mários Martins  
Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Aurélio Vianna  
Pedro Ludovico

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA**

**SUPLENTE**

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Aloysio de Carvalho  
Eurico Rezende  
Wilson Gonçalves  
Petrônio Portela  
Carlos Lindenberg  
Rui Palmeira

Vasconcellos Torres  
Daniel Krieger  
Benedicto Valladares  
Alvaro Maia  
Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Leandro Maciel

**MDB**

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch  
Aurélio Vianna  
Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-8.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

**ARENA**

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Lobão da Silveira  
Petrônio Portela  
Eurico Rezende  
Atílio Fontana

Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Arnon de Melo  
José Leite  
Mello Braga

**MDB**

João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Secretário: Alexandro Mello.  
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna  
Lino de Mattos

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(9 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

**ARENA**

**SUPLENTE**

Carvalho Pinto  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Domício Gondim  
Leandro Maciel

José Leite  
João Cleofas  
Duarte Filho  
Siegfredo Pacheco  
Filinto Müller  
Paulo Torres

**MDB**

Mário Martins  
Pedro Ludovico  
Lino de Mattos

José Ermírio  
Josaphat Marinho  
João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

**ARENA**

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
Mem de Sá  
Alvaro Maia  
Duarte Filho  
Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares  
Antônio Carlos  
Siegfredo Pacheco  
Teotônio Vilela  
Petrônio Portela

**MDB**

Adalberto Senna  
Lino de Mattos

Antônio Balbino  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

**ARENA**

**SUPLENTE**

João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Milet  
Adolpho Franco  
Siegfredo Pacheco  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa

Antônio Carlos  
José Guimard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portela  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Carlos Lindenberg  
Celso Ramos  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira

**MDB**

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Oscar Pessas  
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
José Ermírio  
Lino de Mattos  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

**ARENA**

**SUPLENTE**

Ney Braga  
Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas

Júlio Leite  
José Cândido  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel

**MDB**

Antônio Balbino  
José Ermírio

Pessoa de Queiroz  
Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-9.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

## A R E N A

## TITULARES

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

## SUPLENTE

José Guimard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

## M D B

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgílio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

## A R E N A

## TITULARES

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

## SUPLENTE

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Vasconcelos Torres  
Rui Palmeira

## M D B

Josaphat Marinho  
José Ernirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

## COMISSÃO DE POLICONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

## A R E N A

## TITULARES

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

## SUPLENTE

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

## M D B

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

## COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

## A R E N A

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

## SUPLENTE

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

## M D B

José Ernirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

## A R E N A

## TITULARES

Teotônio Villela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

## SUPLENTE

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guimard  
Bezerra Neto

## M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## A R E N A

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

## M D B

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

## A R E N A

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

## SUPLENTE

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

## M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

## A R E N A

## TITULARES

Paulo Torres  
José Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

## M D B

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita do Souza



**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnou de Melo

**A R E N A**

**TITULARES**

Vasconcellos Torres

Carlos Lindenberg

Arnou de Melo

Paulo Torres

José Guilomard

**SUPLENTE**

José Feliciano

Antonio Carlos

Manoel Villaga

Menezes Pimentel

Celso Ramos

**M D B**

Arthur Virgilio

Adalberto Sena

Secretário J. Ney Passes Dantas

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Lino de Mattos

Aarão Steinbruch

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Matos

**A R E N A**

**TITULARES**

José Leite

Celso Ramos

Arnou de Melo

Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Guilomard

Petronio Portela

Domício Gondin

Carlos Lindenberg

**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgilio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guilomard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

**A R E N A**

**TITULARES**

José Guilomard

Fernando Corrêa

Clodomir Millet

Alvaro Maia

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira

José Feliciano

Filinto Muller

Sigefredo Pacheco

**M D B**

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos